

Coordenação-Geral de Contabilidade

Ministério da Justiça e Segurança Pública

MJSP 30000

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

3º TRIMESTRE DE 2022

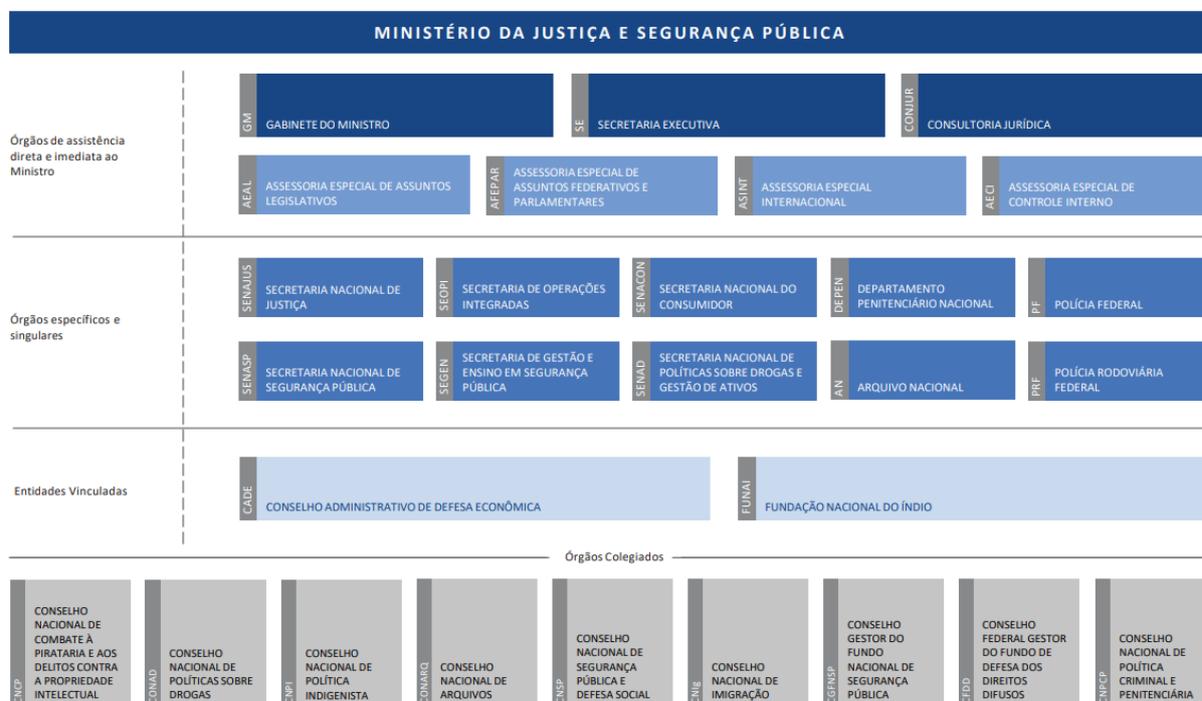
31 de outubro de 2022

Sumário

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
GESTÃO CONTÁBIL	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
Balço Patrimonial	9
Demonstrações das Variações Patrimoniais	11
Balço Orçamentário	13
Balço Financeiro	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
Nota 01 – Covid-19	19
Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	19
Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP	22
Nota 04 – Imobilizado – BP	24
Nota 05 – Intangível – BP	29
Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP	30
Nota 07 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	30
Nota 08 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	32
Nota 09 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP	36
Nota 10 – Pessoal e Encargos – DVP	38
Nota 11 – Aposentadorias e Reformas – DVP	39
Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	41
Nota 13 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	41
Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO	42
Nota 15 – Pessoal e Encargos Sociais – BO	43
Nota 16 – Outras Despesas Correntes – BO	44
Nota 17 – Restos a Pagar – Anexos – BO	46
Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF	47
Nota 19 – Segurança Pública – DFC	48
Nota 20 – Aquisição de Ativo não Circulante – DFC	49
Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	51

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 11.103/2022](#), alterado pelo [Decreto nº 11.131/2022](#). É composto por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, órgãos específicos e singulares, entidades vinculadas e órgãos colegiados, cuja estrutura organizacional vigente é a seguinte:



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/organogramas/>

O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560/1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201/2001](#), revogada pela [Lei nº 13.756/2018](#), é gerido pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79/1994](#), é gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional – Depen; e
- Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347/1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria do Ministro nº 895/2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, Ética, Interesse Público, Respeito, Legalidade, Resultados, Capital Humano, Inovação, Transparência e Sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria do Ministro nº 1.222/2017](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis – Direc, instituída pela [Portaria do Ministro nº 821/2019](#).

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual Siafi, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NES.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
 n = vida útil da acessão
 x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhada ao órgão central do Sistema, a STN do ME, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprido esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.131, de 12 de julho de 2022.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no Siafi, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão SuperiorMJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE	MJSP
		Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON	
		Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP**	
		Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN*	
		Arquivo Nacional – AN	
	30108	Polícia Federal – PF*	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN*		
30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD		
30202	Fundação Nacional do Índio – FUNAI *		
30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE*		

* Unidades organizacionais vinculadas ao MJSP que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.

** A estrutura da Senasp nos sistemas estruturantes, incluindo-se o Siafi, é operacionalizada pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Segen.

A CGCONTAB realiza o acompanhamento direto de 52 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 17 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do DEPEN, com 13 unidades;
- da FUNAI, com 48 unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 70 unidades;
- do CADE, com 1 unidade; e
- Caixa Econômica Federal – CEF (mediante contratos de repasse), com 4 unidades (vinculadas aos fundos: FDD, Segen e Depen).

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	30/09/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		8.535.153	6.711.987
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	6.355.030	4.572.510
Créditos a Curto Prazo		1.982.406	1.967.920
Demais Créditos e Valores		1.982.406	1.967.920
Estoques		197.717	171.557
ATIVO NÃO CIRCULANTE		270.427.989	268.775.118
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.861.670	2.866.966
Créditos a Longo Prazo	03	3.861.670	2.866.966
Dívida Ativa Não Tributária		3.742.398	3.167.656
Demais Créditos e Valores		1.450.858	1.030.896
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(1.331.586)	(1.331.586)
Investimentos		22	22
Participações Permanentes		0	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado	04	266.223.360	265.568.365
Bens Móveis		3.614.186	3.392.312
Bens Móveis		4.900.734	4.546.027
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.286.547)	(1.153.715)
Bens Imóveis		262.609.174	262.176.053
Bens Imóveis		262.613.152	262.217.139
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(3.977)	(41.086)
Intangível	05	342.937	339.765
Softwares		342.919	339.747
Softwares		371.278	359.401
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(28.359)	(19.654)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
TOTAL DO ATIVO		278.963.142	275.487.105

PASSIVO	NE	30/09/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		1.440.896	1.180.491
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	978.924	819.513
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		60.967	63.697
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		19	4
Transferências Fiscais de Curto Prazo		126.706	65.029
Provisões a Curto Prazo		805	805
Demais Obrigações a Curto Prazo		273.476	231.445
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.998	413
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		1.767	239
Provisões a Longo Prazo		-	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		231	134
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.442.894	1.180.904

Fonte: Siafi.

Balço Patrimonial – continuação...

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		277.520.248	274.306.201
Demais Reservas		6.370	5.584
Resultados Acumulados		277.513.878	274.300.617
Resultado do Exercício		3.201.298	153.549.612
Resultados de Exercícios Anteriores	07	274.300.617	235.067.971
Ajustes de Exercícios Anteriores		11.962	(114.315.965)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		278.963.142	275.487.105

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		08			
ATIVO	30/09/2022	31/12/2021	PASSIVO	30/09/2022	31/12/2021
Ativo Financeiro	6.355.164	4.572.639	Passivo Financeiro	7.497.590	4.662.241
Ativo Permanente	272.607.978	270.914.466	Passivo Permanente	526.425	185.992
			Saldo Patrimonial	270.939.127	270.638.872

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		ATIVO		
	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE		
			30/09/2022	
			31/12/2021	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			337.545	317.637
Atos Potenciais Ativos			337.545	317.637
Garantias e Contragarantias Recebidas			298.568	257.973
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres			38.894	59.582
Direitos Contratuais			82	82
TOTAL			337.545	317.637

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		PASSIVO		
	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE		
			30/09/2022	
			31/12/2021	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			5.744.048	5.288.386
Atos Potenciais Passivos		09	5.744.048	5.288.386
Garantias e Contragarantias Concedidas			28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos			2.153.618	2.483.280
Obrigações Contratuais			3.590.402	2.805.078
TOTAL			5.774.048	5.288.386

R\$ milhares

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(2.905.539)
Recursos Vinculados	1.763.113
Educação	299
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(754.774)
Previdência Social (RPPS)	(697)
Dívida Pública	(16.068)
Alienação de Bens e Direitos	49.785
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.484.590
Outros Recursos Vinculados	(22)
TOTAL	(1.142.426)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/09/2022	30/09/2021
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		644.717	402.416
Taxas		644.717	402.416
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		55.728	145.683
Venda de Mercadorias		27	2
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		55.701	145.681
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		313.118	268.554
Juros e Encargos de Mora		(5.895)	2.889
Variações Monetárias e Cambiais		674	86
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		318.339	265.579
Transferências e Delegações Recebidas		40.662.793	43.413.220
Transferências Intragovernamentais		40.207.118	39.535.872
Outras Transferências e Delegações Recebidas		455.675	3.877.348
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.933.281	107.420.042
Reavaliação de Ativos		461.794	104.853.264
Ganhos com Alienação		63.737	53.687
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.366.754	2.403.673
Ganhos com Desincorporação de Passivos		40.995	109.417
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.676.465	1.534.384
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		2.430	(326)
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.674.034	1.534.711
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		45.286.102	153.184.299

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/09/2022	30/09/2021
Pessoal e Encargos	10	6.064.644	5.838.585
Remuneração a Pessoal		4.687.118	4.455.997
Encargos Patronais		1.016.783	995.230
Benefícios a Pessoal		299.095	276.595
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		61.647	43.764
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.495.289	3.407.242
Aposentadorias e Reformas	11	2.529.069	2.487.014
Pensões		894.039	846.278
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		72.182	73.950
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		2.179.988	1.659.189
Uso de Material de Consumo		334.184	170.136
Serviços		1.654.659	1.268.965
Depreciação, Amortização e Exaustão		191.144	220.088
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		88.845	136.210
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		7	0
Juros e Encargos de Mora		292	164
Variações Monetárias e Cambiais		1	3
Descontos Financeiros Concedidos		88.049	136.043
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		496	-
Transferências e Delegações Concedidas		29.694.287	35.957.578
Transferências Intragovernamentais		28.838.811	31.588.590
Transferências Intergovernamentais		501.116	402.927
Transferências ao Exterior		16.323	14.705
Execução Orçamentária Delegada a Entes		2	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		338.036	3.951.355
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		476.422	83.228.103
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		201.763	82.357.237
Perdas com Alienação		147	2.010
Perdas Involuntárias		8.280	8.306
Incorporação de Passivos		50.653	25.424
Desincorporação de Ativos		215.579	835.126
Tributárias		4.195	3.387
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.724	2.536
Contribuições		1.471	851
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		81.135	48.674
Premiações		-	16
Incentivos		2.807	76
Subvenções Econômicas		28.068	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		50.260	48.582
TOTAL DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		42.084.803	130.278.966
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		3.201.298	22.905.333

Fonte: Siafi.

Balço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

R\$ milhares
30/09/2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.290.483	4.290.483	4.359.016	68.532
Receitas Tributárias		312.337	312.337	451.302	138.965
Taxas		312.337	312.337	451.302	138.965
Receitas de Contribuições		398	398	160	(238)
Contribuições Sociais		398	398	160	(238)
Receita Patrimonial		2.350.571	2.350.571	2.044.420	(306.151)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		243	243	136	(106)
Valores Mobiliários		246.178	246.178	313.477	67.299
Demais Receitas Patrimoniais	12	2.104.150	2.104.150	1.730.807	(373.343)
Receitas de Serviços		55.198	55.198	55.513	316
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		55.198	55.198	55.513	316
Outras Receitas Correntes		1.571.979	1.571.979	1.807.619	235.640
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13	1.433.501	1.433.501	1.554.795	121.294
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		928	928	34.255	33.327
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		125.364	125.364	207.301	81.936
Demais Receitas Correntes		12.187	12.187	11.269	(918)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	12.640	12.640
Alienação de Bens		-	-	12.640	12.640
Alienação de Bens Móveis		-	-	12.640	12.640
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.290.483	4.290.483	4.371.656	81.173
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	14			11.041.381	11.041.381
TOTAL		4.290.483	4.290.483	15.413.037	11.122.553
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	301.545	-	(301.545)
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	59.105	-	-
Créditos Cancelados		-	242.441	-	-

Fonte: Siafi.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		15.711.841	16.127.825	14.171.567	10.794.172	10.094.888	1.956.257
Pessoal e Encargos Sociais	15	11.868.440	12.289.041	10.711.312	8.775.726	8.158.217	1.577.729
Outras Despesas Correntes	16	3.843.401	3.838.784	3.460.255	2.018.447	1.936.672	378.529
DESPESAS DE CAPITAL		2.090.125	1.975.686	1.241.469	69.027	64.750	734.217
Investimentos		2.085.519	1.973.400	1.241.469	69.027	64.750	731.931
Inversões Financeiras		4.606	2.286	-	-	-	2.286
Reserva de Contingência		642.033	642.033	-	-	-	642.033
Amortização da Dívida/ Refinanciamento		-	-	-	-	-	-
TOTAL		18.443.998	18.745.544	15.413.037	10.863.200	10.159.638	3.332.507

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não ProcessadosR\$ milhares
30/09/2022

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		251.720	692.915	530.261	519.837	47.465	377.333
Pessoal e Encargos Sociais		8.306	13.998	4.409	3.462	2.258	16.584
Outras Despesas Correntes		243.414	678.917	525.852	516.375	45.207	360.749
DESPESAS DE CAPITAL		1.260.976	1.461.778	976.436	875.807	81.894	1.765.054
Investimentos		1.260.951	1.460.449	976.436	875.807	81.894	1.763.699
Inversões Financeiras		26	1.329	-	-	-	1.355
TOTAL	17	1.512.696	2.154.693	1.506.697	1.395.644	129.359	2.142.386

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados LiquidadosR\$ milhares
30/09/2022

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		2.275	862.119	861.400	574	2.419
Pessoal e Encargos Sociais		36	756.154	756.127	29	35
Outras Despesas Correntes		2.238	105.964	105.274	546	2.383
DESPESAS DE CAPITAL		42.616	43.470	39.719	1.069	45.297
Investimentos		42.616	43.470	39.719	1.069	45.297
TOTAL	17	44.891	905.588	901.120	1.643	47.716

Fonte: Siafi.

Balço Financeiro

Ingressos

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	30/09/2022	30/09/2021
Receitas Orçamentárias		4.371.656	3.582.219
Vinculadas		4.597.860	3.757.818
Seguridade Social (Exceto Previdência)		38.454	25.709
Alienação de Bens e Direitos		26.154	2.549
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.533.075	3.729.560
Recursos a Classificar		177	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(226.204)	(175.599)
Transferências Financeiras Recebidas	18	40.207.118	39.530.192
Resultantes da Execução Orçamentária		36.661.503	36.538.048
Cota Recebida		13.036.897	12.040.100
Repasso Recebido		12.599.979	11.634.018
Sub-repasso Recebido		10.671.293	9.891.092
Repasso Devolvido		353.323	2.972.602
Sub-repasso Devolvido		10	235
Independentes da Execução Orçamentária		3.545.615	2.992.144
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.900.473	2.458.770
Demais Transferências Recebidas		156.030	83.407
Movimentação de Saldos Patrimoniais		489.112	448.896
Movimentações para Incorporações de Saldos		-	1.071
Recebimentos Extraorçamentários		5.301.907	4.013.607
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		703.562	709.231
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.549.837	3.245.443
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		39.055	54.582
Outros Recebimentos Extraorçamentários		9.453	4.350
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		9.220	2.906
Restituições a Pagar		216	1.409
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		18	34
Saldo do Exercício Anterior		4.572.510	6.404.276
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.572.510	6.404.276
TOTAL		54.453.191	53.530.293

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	NE	30/09/2022	30/09/2021
Despesas Orçamentárias		15.413.037	13.312.504
Ordinárias		8.294.786	7.871.123
Vinculadas		7.118.251	5.441.381
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.268.164	1.723.092
Previdência Social (RPPS)		692	1.639.695
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.849.395	2.078.387
Outros Recursos Vinculados		-	207
Transferências Financeiras Concedidas	18	28.832.492	31.575.096
Resultantes da Execução Orçamentária		23.972.472	27.486.632
Repasso Concedido		12.604.665	11.647.513
Sub-repasso Concedido		10.671.293	9.891.092
Cota Devolvida		343.181	2.975.189
Repasso Devolvido		353.323	2.972.602
Sub-repasso Devolvido		10	235
Independentes da Execução Orçamentária		4.860.020	4.088.464
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.906.399	1.756.876
Demais Transferências Concedidas		102.652	160.427
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.850.969	2.170.090
Movimento para Incorporação de Saldos		-	1.071
Pagamentos Extraorçamentários		3.852.632	3.447.982
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		901.120	798.735
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.395.644	1.360.999
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		38.472	47.293
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.517.396	1.240.955
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.509.303	1.232.190
Valores Compensados		4	7
Demais Pagamentos		8.089	8.759
Saldo para o Exercício Seguinte		6.355.030	5.194.712
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.355.030	5.194.712
TOTAL		54.453.191	53.530.293

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	30/09/2022	30/09/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.355.104	(561.572)
INGRESSOS		44.605.422	43.167.017
Receita Tributária		451.302	281.691
Receita de Contribuições		160	197
Receita Patrimonial		1.730.943	1.410.285
Receita de Serviços		55.513	145.524
Remuneração das Disponibilidades		313.477	266.443
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.807.619	1.476.660
Outros Ingressos Operacionais		40.246.407	39.586.217
Ingressos Extraorçamentários		39.055	54.582
Restituições a Pagar		216	1.409
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		18	34
Transferências Financeiras Recebidas	18	40.207.118	39.530.192
DESEMBOLSOS		(42.250.318)	(43.728.589)
Pessoal e Demais Despesas		(10.406.114)	(9.466.231)
Judiciário		(265)	-
Essencial a Justiça		(2)	-
Administração		(142.710)	(140.017)
Segurança Pública	19	(6.503.703)	(5.683.044)
Assistência Social		(16)	(8)
Previdência Social		(3.340.607)	(3.274.399)
Saúde		(7)	-
Educação		(1.083)	(1.370)
Cultura		-	(72)
Direitos da Cidadania		(303.499)	(272.804)
Gestão Ambiental		(13.931)	-
Ciência e Tecnologia		(4)	-
Organização Agrária		(3)	-
Indústria		(1)	-
Transporte		(390)	-
Encargos Especiais		(109.114)	(97.423)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas–Cartão de Pagamento		9.220	2.906
Transferências Concedidas		(1.455.844)	(1.399.014)
Intergovernamentais		(437.506)	(387.553)
A Estados e/ou Distrito Federal		(409.319)	(367.296)
A Municípios		(28.187)	(20.258)
Intragovernamentais		(1.000.082)	(984.588)
Outras Transferências Concedidas		(18.255)	(26.873)
Outros Desembolsos Operacionais		(30.388.360)	(32.863.344)
Dispêndios Extraorçamentários		(38.472)	(47.293)
Transferências Financeiras Concedidas	18	(28.832.492)	(31.575.096)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(1.509.303)	(1.232.190)
Valores Compensados		(4)	(7)
Demais Pagamentos		(8.089)	(8.759)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(572.584)	(647.992)
INGRESSOS		12.640	1.419
Alienação de Bens		12.640	1.419
DESEMBOLSOS		(585.224)	(649.411)
Aquisição de Ativo Não Circulante	20	(556.352)	(574.302)
Outros Desembolsos de Investimentos		(28.872)	(75.109)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.782.520	(1.209.564)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		4.572.510	6.404.276
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		6.355.030	5.194.712

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(114.316.965)	-	-	(114.316.965)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	3.379	-	-	-	3.379
Resultado do Exercício		-	-	-	-	153.549.612	-	-	153.549.612
Saldo Final do Exercício 2021		-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	15.729	-	-	15.729
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	786	(3.767)	-	-	(2.981)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	3.201.298	-	-	3.201.298
Saldo Final do Exercício 2022	21	-	-	-	6.370	277.513.878	-	-	277.520.248

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Covid-19

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia Covid-19, o MJSP geriu a aplicação dos recursos extraordinários sob responsabilidade da pasta, oriundos da MPV nº 942, de 2 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020, no valor de R\$ 199.825 mil e da MPV nº 965, de 13 de maio de 2020, cujos recursos foram bloqueados por não ter sido convertida em lei. Em 08 de junho de 2021, para atender demandas da pandemia, no que tange à proteção dos povos indígenas, foi realizada a abertura de crédito extraordinário por intermédio da MPV nº 1054, de 06 de junho de 2021, no valor de R\$ 41.049 mil, convertida na Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021.

No encerramento do 3º trimestre de 2022, o total dos valores pagos somaram R\$ 27.294 mil. A Funai representou 99,52% (R\$ 27.163 mil) do total pago no terceiro trimestre de 2022, seguida pela PRF e pela PF, conforme representado na “Tabela 01”.

Tabela 01 – Covid-19 - total gasto por órgão

		R\$ milhares
Gastos por órgão	30/09/2022	AV (%)
Funai	27.163	99,52
PRF	91	0,33
PF	40	0,15
Gasto Total	27.294	100,00

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial/Painel do Orçamento Federal.

Destaca-se, conforme “Tabela 02”, que 58,85% do total dos gastos foi representado em 23,52% (R\$ 6.419 mil) por salário contrato temporário, 18,30% (R\$ 4.994 mil) por gêneros de alimentação e 17,03 (R\$ 4.649 mil) fretes e transportes de encomendas.

Tabela 02 – Covid-19 - total gasto por natureza de despesa

		R\$ milhares
Natureza da despesa	30/09/2022	AV (%)
Salário Contrato Temporário	6.419	23,52
Gêneros de Alimentação	4.994	18,30
Fretes e Transportes de Encomendas	4.649	17,03
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	2.655	9,73
Auxílio-Alimentação	2.385	8,74
Locação de Meios de Transporte	1.191	4,36
Diárias no País	1.101	4,03
Demais gastos	3.899	14,28
Gasto Total	27.294	100,00

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial/Painel do Orçamento Federal.

Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

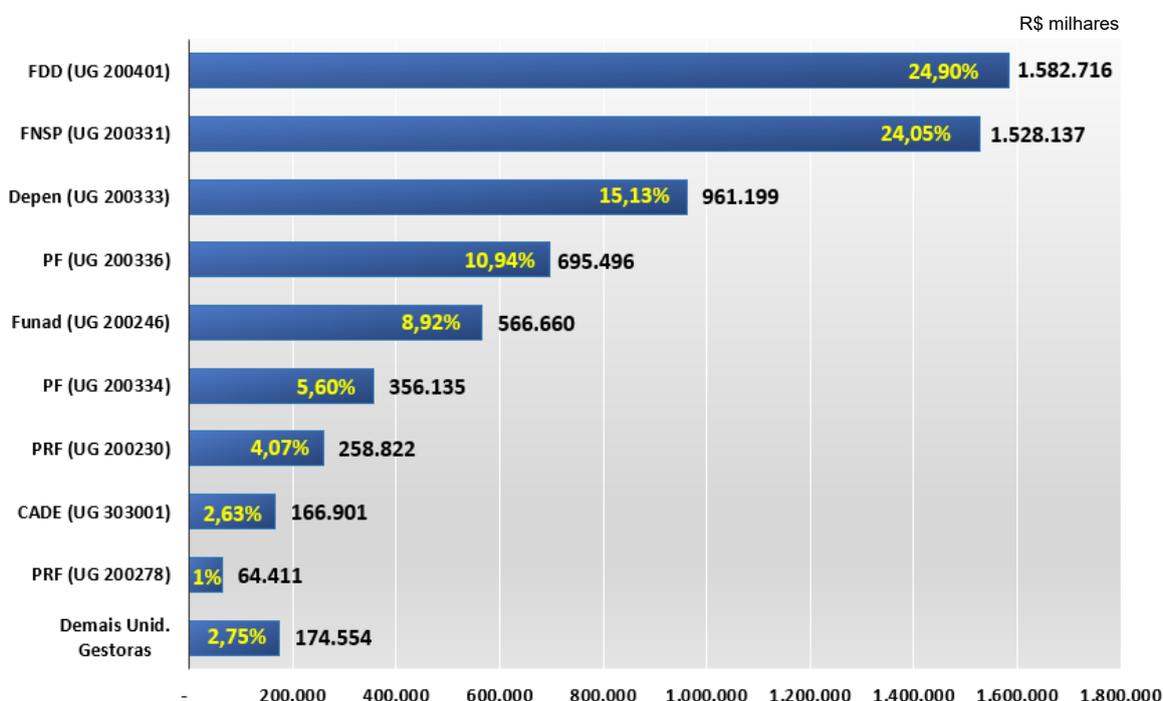
No final do 3º trimestre de 2022, os recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” representaram 74,46% (R\$ 6.355.030 mil) do total do Ativo Circulante, sendo R\$ 6.180.476 mil (97,25%) do referido montante assim distribuídos entre as nove (9) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 1.582.716 mil (24,90%) na UG 200401 do FDD;
- b) R\$ 1.528.137 mil (24,05%) na UG 200331 do FNSP;
- c) R\$ 961.199 mil (15,13%) na UG 200333 do Depen;
- d) R\$ 695.496 mil (10,94%) na UG 200336 da PF;
- e) R\$ 566.660 mil (8,92%) na UG 200246 da Funad;
- f) R\$ 356.135 mil (5,60%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 258.822 mil (4,07%) na UG 200230 da PRF;
- h) R\$ 166.901 mil (2,63%) na UG 303001 do CADE;
- i) R\$ 64.411 mil (1,01%) na UG 200278 da PRF;

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 3º trimestre de 2021, as quais somaram 125 unidades distintas, englobaram R\$ 174.554 mil (2,75%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Cumprе destacar que a representatividade de 15,13% do Depen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em setembro de 2022, 97,57% (R\$ 6.200.610 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

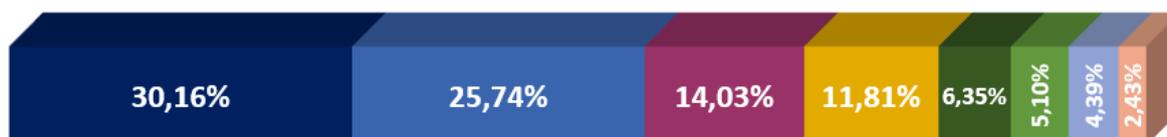
- a) 30,16% (R\$ 1.916.385 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais;
- b) 25,74% (R\$ 1.635.552 mil) em receitas de concursos prognósticos;
- c) 14,03% (R\$ 891.803 mil) em recursos próprios financeiros;
- d) 11,81% (R\$ 750.790 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação;
- e) 6,35% (R\$ 403.360 mil) em recursos primários de livre aplicação;
- f) 5,10% (R\$ 323.979 mil) em alienação de bens apreendidos; e
- g) 4,39% (R\$ 278.741 mil) em recursos livres da seguridade social.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a 2,43% (R\$ 154.420 mil) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 12 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Legenda:

- Taxas/ Multas p/ Poder de Polícia e Multas Prov. Proc. Judiciais
- Recursos Próprios Financeiros
- Recursos Primários de Livre Aplicação
- Recursos Livres da Seguridade Social
- Receitas de Concursos de Prognósticos
- Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação
- Alienação de Bens Apreendidos
- Demais Fontes de Recursos (12 fontes distintas)



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. No terceiro trimestre de 2022, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 1.782.520 mil, sendo 132,12% (R\$ 2.355.104 mil) impactado pelas atividades operacionais e -32,12% (R\$ -572.584 mil), pelas atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as "Transferências Financeiras Recebidas" que, conforme pode-se observar na DFC, em setembro de 2022, representaram 90,14% (R\$ 40.207.118 mil) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, "Transferências Financeiras Concedidas" representaram 68,24% (R\$ -28.832.492 mil) e "Segurança Pública" representaram 15,39% (R\$ -6.503.703 mil), cujas representações totalizaram 83,64% (R\$ -35.336.195 mil), detalhados nas notas explicativas de número [18](#) e [19](#) respectivamente.

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 95,07% (R\$ -556.352 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número [20](#).

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 1.782.520 mil no terceiro trimestre de 2022 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 03 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	30/09/2022	30/09/2021	2022-2021	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2.355.104	(561.572)	2.916.676	132,12	(519,38)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(572.584)	(647.992)	75.409	(32,12)	(11,64)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.782.520	(1.209.564)	2.992.085	100,00	(247,37)

Fonte: Siafi.

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

Os "Créditos a Longo Prazo", consolidados no Balanço Patrimonial, no terceiro trimestre de 2022, corresponderam a 100% do ativo realizável a longo prazo, apesar de representarem 1,38% (R\$ 3.861.670 mil) do total do ativo.

Com relação ao montante total do referido grupo de contas, destaca-se os registros efetuados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, dos quais: 96,72% (R\$ 3.734.930 mil) foram decorrentes de "Dívida Ativa Não Tributária"; 35,18% (R\$ 1.358.575 mil) foram relativos a "Demais Créditos e Valores" em virtude de multas aplicadas; e -34,48% (R\$ -1.331.586 mil) corresponderam a "Ajustes para perdas em créditos a longo prazo".

A rubrica "Demais Créditos e Valores" apresentou aumento de 40,74% (R\$ 419.962 mil) na variação horizontal, conforme "Tabela 04". No terceiro trimestre de 2022, 93,96% (R\$ 394.582 mil) desse valor, decorreu da contabilização de multas aplicadas pelo Cade às empresas CNO S.A, Construtora Coesa S.A e Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia, por condutas de infração à ordem econômica.

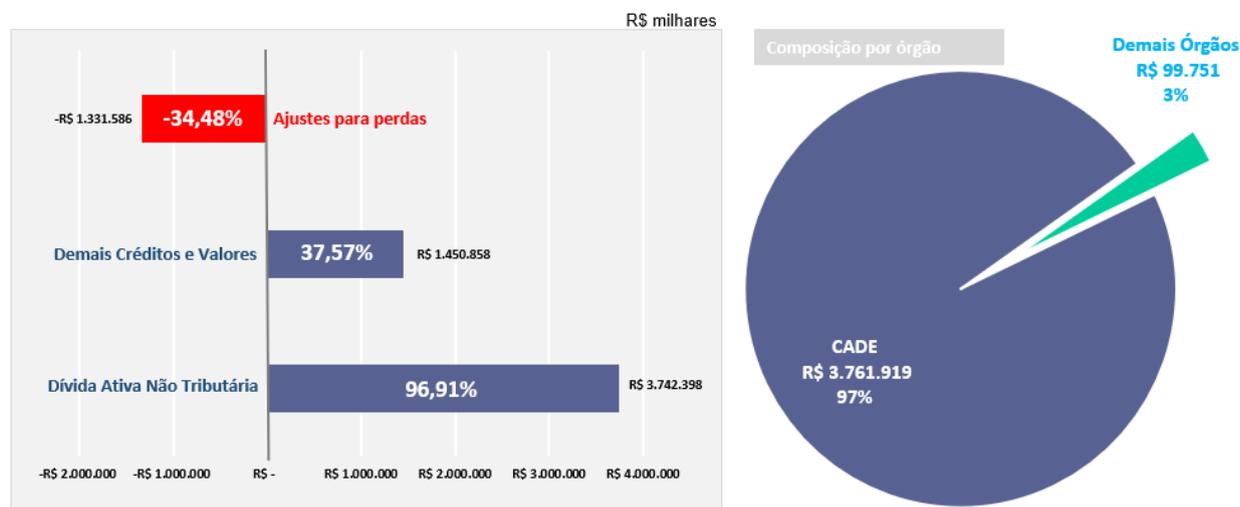
Tabela 04 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

R\$ milhares

Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	30/09/2022	31/12/2021	AV %	AH %
Dívida Ativa Não Tributária	3.742.398	3.167.656	96,91	18,14
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.734.930	3.157.263	96,72	18,30
Fundação Nacional do Índio	7.468	10.393	0,19	(28,14)
Demais Créditos e Valores	1.450.858	1.030.896	37,57	40,74
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.358.575	941.674	35,18	44,27
Ministério da Justiça e Segurança Pública	46.589	45.578	1,21	2,22
Fundo Nacional de Segurança Pública	37.296	35.626	0,97	4,69
Fundação Nacional do Índio	5.578	5.196	0,14	7,34
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.507	1.507	0,04	0,02
Fundo Penitenciário Nacional	948	948	0,02	0,02
Fundo Nacional Antidrogas	298	298	0,01	(0,00)
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,75
Polícia Federal	-	1	0,00	(100,00)
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(1.331.586)	(1.331.586)	(34,48)	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.331.586)	(1.331.586)	(34,48)	0,00
Total de Créditos a Longo Prazo	3.861.670	2.866.966	100,00	34,70

Fonte: Siafi.

Figura 03 – Créditos a Longo Prazo – composição



Fonte: Siafi.

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo – CADE

Em relação à composição de saldos dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo do Cade, balizada pela Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, tem-se a reprodução da metodologia utilizada pela unidade:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perda Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;

- Perda Estimada = R\$ 3.157.263.275,69 – (0,57824685 x 3.157.263.275,69);

- Perda Estimada = R\$ 3.157.263.275,69 – 1.825.677.554,88;

Perda estimada = 1.331.585.720,81

Para calcular o quociente médio de recebimentos utilizou-se os dados extraídos do Tesouro Gerencial. A pesquisa realizada tomou como referência os últimos três anos, ou seja, 2019, 2020 e 2021. No cálculo do quociente médio de recebimentos foi considerado todo movimento credor da conta, valores extraídos do Tesouro Gerencial, conforme mostra tabela a seguir:

2021		2020		2019	
Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)
737.742.339,29	48.026.393,19	312.622.303,46	25.374.225,67	239.894.308,93	381.270.413,94

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

1. Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12

- Média mensal de recebimentos **2019** = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**

- Média mensal de recebimentos **2020** = 25.107.168,86 / 12 = **R\$ 2.092.264,07**

- Média mensal de recebimentos **2021** = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**

2. Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2019** = 239.894.308,93/12 = **R\$ 19.991.192,41**

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2020** = 312.622.303,46/12 = **R\$ 26.050.795,20**

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2021** = 737.742.339,29/12 = **R\$ 61.478.528,27**

3. Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = 31.722.534,50 / 19.991.192,41 = **1,58932663**

4. Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = 2.092.264,07 / 26.050.795,20 = **0,08031479**

5. Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = 4.002.199,43 / 61.478.528,27 = **0,06509914**

6. (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3

- Quociente médio de recebimento = (1,58932663 + 0,08031479 + 0,06509914) / 3

- Quociente médio de recebimento = 0,57824685

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estimada é **0,57824685**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 1.331.585.720,81** (um bilhão, trezentos e trinta e um milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e oitenta e um centavos) de Perda Estimada, o que representa 42,18% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Ressalta-se que a fonte das informações supracitadas, referentes aos 'Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo' são provenientes do próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica."

Nota 04 – Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. Inclusive, os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Em 30 de setembro de 2022, o MJSP registrou o valor contábil líquido de R\$ 266,2 bilhões dos bens móveis e imóveis, sendo 1,36% (R\$ 3,6 bilhões) em bens móveis e 98,64% (R\$ 262,6 bilhões) em bens imóveis, conforme demonstrado na "Tabela 05".

Tabela 05 – Imobilizado – composição

	R\$ milhares			
IMOBILIZADO	30/09/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis	3.614.186	3.392.312	1,36	6,54
Bens móveis - consolidação	4.900.734	4.546.027	1,84	7,80
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens móveis	(1.286.547)	(1.153.715)	(0,48)	11,51
Bens Imóveis	262.609.174	262.176.053	98,64	0,17
Bens imóveis - consolidação	262.613.152	262.217.139	98,64	0,15
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens imóveis	(3.977)	(41.086)	(0,00)	(90,32)
Total bruto	267.513.885	266.763.166	100,48	0,28
Total líquido	266.223.360	265.568.365	100,00	0,25

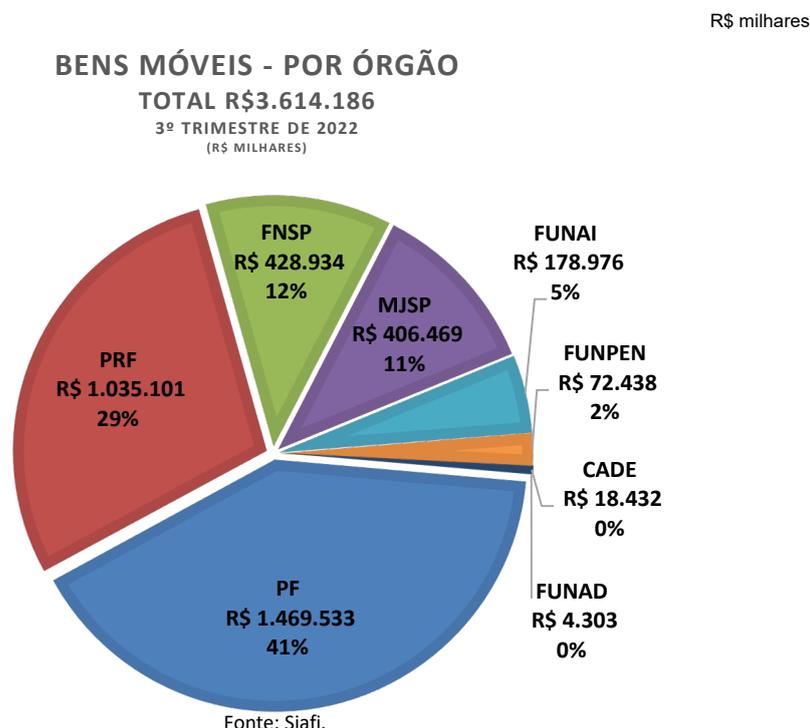
Fonte: Siafi.

Bens Móveis - Imobilizado

Os bens móveis totalizaram, no terceiro trimestre de 2022, R\$ 3.614.186 mil, após a aplicação da depreciação, representando 1,36% do total do imobilizado.

No que se refere aos órgãos vinculados ao MJSP, os bens móveis apresentaram a distribuição conforme a "Figura 04". Destacaram-se a PF, com 40,66% (R\$ 1.469.533 mil) e a PRF, com 28,64% (R\$ 1.035.101 mil). Somando, ambas, 69,30% (R\$ 2.504.634 mil) do total dos bens móveis do MJSP.

Figura 04 – Bens Móveis – composição por órgão



Fonte: Siafi.

Conforme destacado na "Tabela 06", os veículos apresentaram, no terceiro trimestre de 2022, maior representatividade, correspondendo a 53,00% (R\$ 1.915.631 mil) do total da rubrica, seguido pelos bens de informática, com 24,88% (R\$ 899.213 mil) e máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, representando 22,66% (R\$ 819.026 mil).

Tabela 06 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

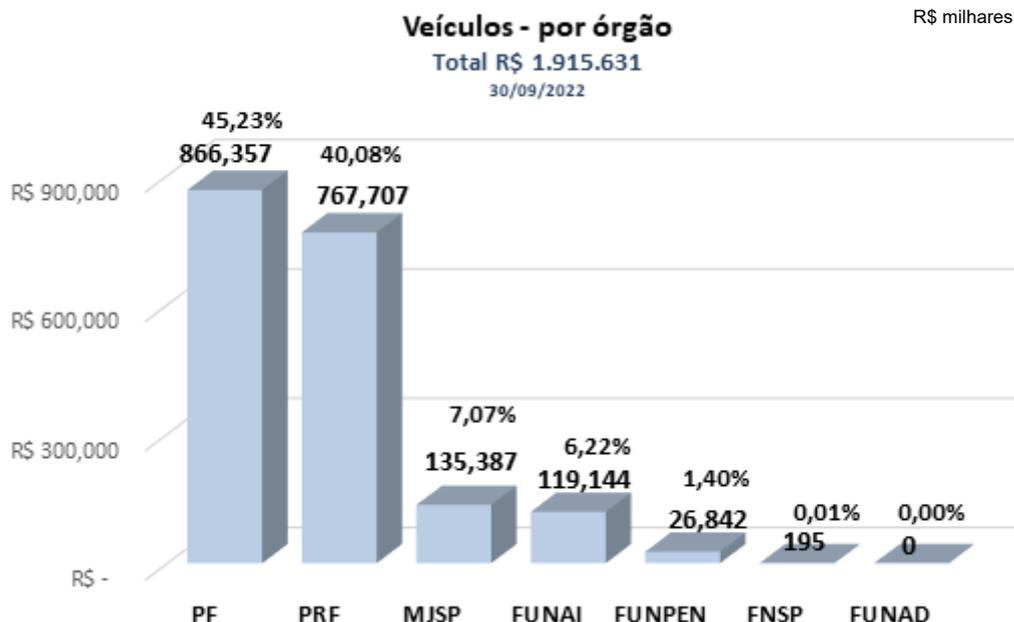
R\$ milhares

Descrição	30/09/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Veículos	1.915.631	1.884.550	53,00	1,65
Bens de Informática	899.213	853.265	24,88	5,39
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	819.026	786.441	22,66	4,14
Bens Móveis em Almoarifado	489.955	317.895	13,56	54,12
Móveis e Utensílios	247.661	230.794	6,85	7,31
Armamentos	171.416	159.560	4,74	7,43
Bens Móveis em Andamento	139.619	108.312	3,86	28,90
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	123.129	116.013	3,41	6,13
Semoventes e Equipamentos de Montaria	12.818	12.752	0,35	0,52
Peças e Conjuntos de Reposição	59	59	0,00	0,00
Demais Bens Móveis	82.206	76.387	2,27	7,62
Subtotal	4.900.734	4.546.027	135,60	7,80
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.286.547)	(1.153.715)	(35,60)	11,51
Total líquido	3.614.186	3.392.312	100,00	6,54

Fonte: Siafi.

Na "Figura 05", destacam-se a PF e a PRF, cujos órgãos possuem as maiores representações de veículos, os quais são utilizados sobretudo nas atividades inerentes à função policial.

Figura 05 – Veículos – por órgão



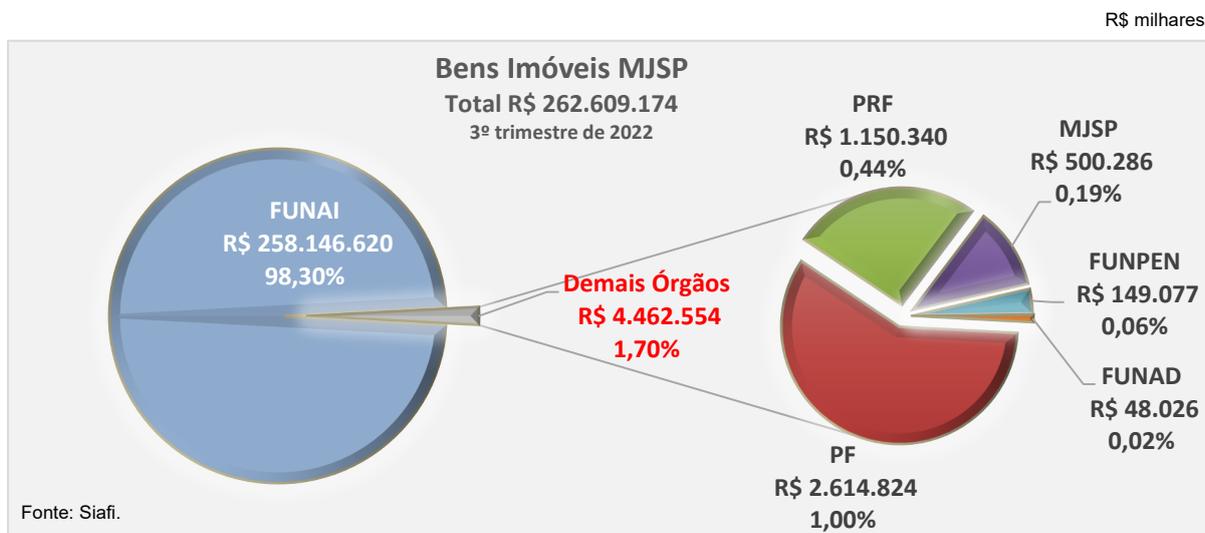
Fonte: Siafi.

Bens Imóveis – Imobilizado

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 262.613.152 mil no 3º trimestre de 2022, representando 94,14% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de -0,002% (R\$ -3.977 mil), foi de R\$ 262.609.174 mil.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 258,1 bilhões (98,30%), conforme “Figura 06”.

Figura 06 – Bens Imóveis – por órgão



De acordo com a “Tabela 07”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,78% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 261,9 bilhões em 30/09/2022.

Tabela 07 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	30/09/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	261.997.349	261.623.103	99,78	0,06
Bens Imóveis em Andamento	537.814	524.569	0,19	(3,50)
Instalações	51.723	45.262	0,02	4,41
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	12.955	11.266	0,00	14,20
Bens Dominicais	12.742	12.371	0,00	1,85
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	0,00
Subtotal	262.613.152	262.217.139	100,00	0,05
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.977)	(41.086)	0,00	(91,02)
Total líquido	262.609.174	262.176.053	100,00	0,07

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 08”, a rubrica Fazendas, Parques e Reservas, representando 97,95% do total dos bens de uso especial do MJSP. Ressalta-se, ainda, o evidente aumento de 8.561% apresentado na análise horizontal do MJSP, na rubrica Terrenos e Glebas, que foi influenciado pela reavaliação, em julho de 2022, do Terreno RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) nº 970106513500-0, localizado no Setor de Áreas Isoladas Norte de Brasília.

Tabela 08 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares

Descrição	30/09/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	256.627.645	256.629.811	97,95	(0,00)
FUNAI	256.607.285	256.607.285	97,94	0,00
FUNAD	20.360	22.526	0,01	(9,62)
Edifícios	2.003.397	1.827.048	0,76	9,65
PF	1.379.711	1.306.143	0,53	5,63
MJSP	418.955	335.985	0,16	24,69
PRF	175.908	156.098	0,07	12,69
FUNAI	28.486	28.486	0,01	0,00
FUNPEN	336	336	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	1.794.414	1.614.598	0,68	11,14
FUNAI	913.645	913.609	0,35	0,00
PF	515.994	451.450	0,20	14,30
PRF	288.416	228.374	0,11	26,29
MJSP	58.680	677	0,02	8.561,53
FUNPEN	10.894	10.894	0,00	0,00
FUNAD	6.785	9.593	0,00	(29,27)
Complexos, Fábricas e Usinas	85.851	129.716	0,03	(33,82)
PF	73.237	119.128	0,03	(38,52)
PRF	12.614	10.588	0,00	19,14
Imóveis Residenciais e Comerciais	59.567	50.534	0,02	17,88
FUNAD	19.598	12.282	0,01	59,56
PF	19.258	18.421	0,01	4,54
PRF	16.806	15.926	0,01	5,53
FUNAI	3.904	3.904	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.426.476	1.371.397	0,54	4,02
FUNAI	576.399	576.432	0,22	(0,01)
PF	463.523	416.084	0,18	11,40
PRF	323.119	315.593	0,12	2,38
FUNPEN	62.003	61.961	0,02	0,07
FUNAD	1.432	1.327	0,00	7,89
Total dos bens de uso especial	261.997.349	261.623.103	100,00	0,14

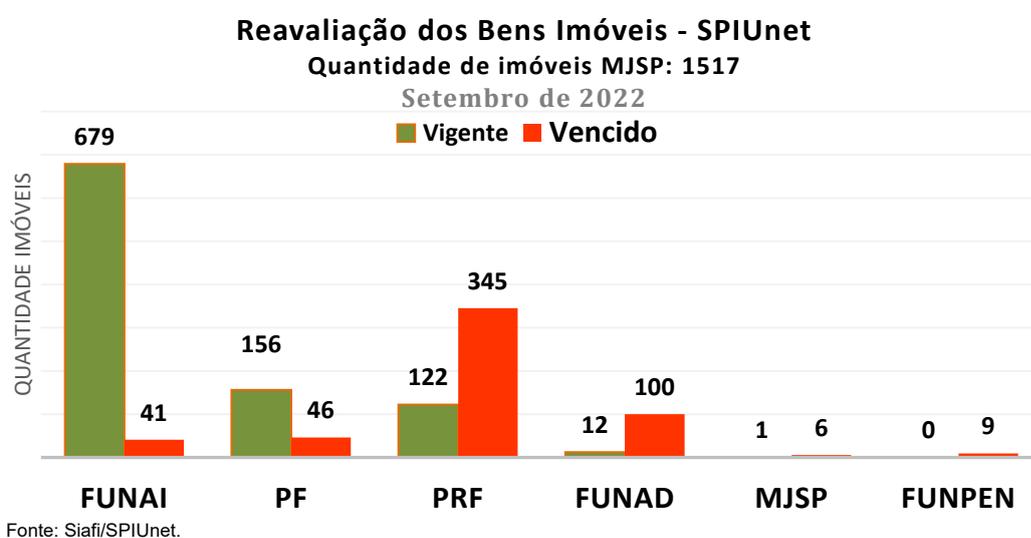
Fonte: Siafi.

O MJSP apresentou, no terceiro trimestre de 2022, 1.517 imóveis registrados no SPIUnet, distribuídos da seguinte forma: Funai, 720; PRF, 467; PF, 202; Funad, 112; Funpen, 9; e MJSP, 7. A “Figura 07” representa a situação dos bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet, onde 63,94% (970 imóveis) da quantidade de imóveis está com o prazo de validade vigente. Nesse sentido, 99,36% (R\$ 260,3 bilhões) do valor de utilização registrado no SPIUnet encontra-se vigente, conforme “Figura 08”.

Os imóveis registrados no Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidência nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

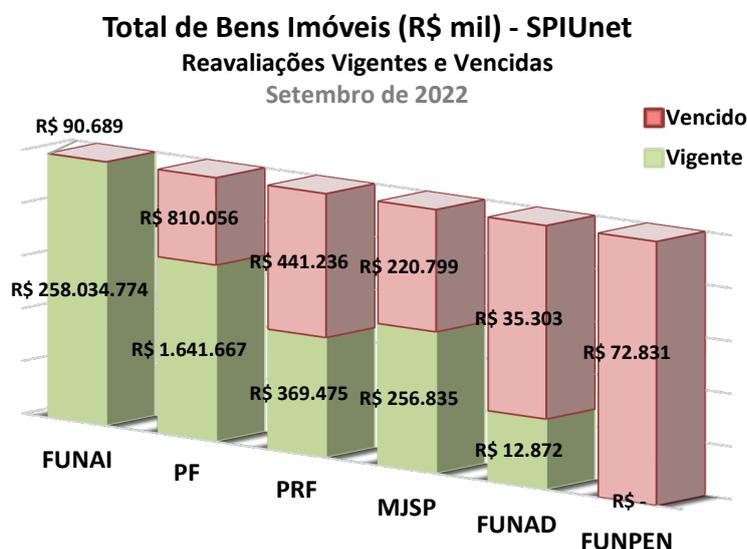
Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

Figura 07 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Verifica-se, ainda, na “Figura 08”, a evolução dos órgãos vinculados ao MJSP acerca dos valores correspondentes às reavaliações vigentes, representando, no terceiro trimestre de 2022, 63,94% (R\$ 260.315.623 mil) e as reavaliações vencidas, 36,06% (R\$ 1.670.914 mil).

Figura 08 – Valores dos Bens Imóveis (R\$ mil) com as Reavaliações Vigentes e Vencidas



Nota 05 – Intangível – BP

No terceiro trimestre de 2022, os registros de “Softwares” nos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública representaram 99,99% (R\$ 342.919 mil) do Ativo Intangível, conforme pode-se observar na “Tabela 09”. No entanto, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram registros de amortizações dos referidos ativos, apesar da necessidade de reaverem a integridade dos referidos montantes.

Destaca-se que a Portaria ME n° 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentaram considerações quanto à utilização do referido sistema.

Ante o exposto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações, no entanto, há previsões a curto prazo para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 09 – Intangível

		R\$ milhares			
Nome da Conta	Nome do Órgão	set/22	dez/21	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	75.623	65.144	21,17	10,54
	Polícia Federal	55.448	64.326	15,86	(16,14)
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.117	8.894	2,67	1,95
	Fundação Nacional do Índio	6.281	6.281	1,85	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	1.997	1.980	0,59	0,86
	Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510	0,44	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	710	710	0,21	0,00
	Total - Softwares com vida útil definida	150.685	148.845	42,78	(2,23)
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	137.839	137.547	40,59	0,39
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	24.447	24.328	7,15	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	21.525	21.528	6,33	(0,02)
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	6.123	4.351	1,76	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	5.979	5.979	1,71	33,92
	Fundação Nacional do Índio	912	904	0,27	0,90
	Fundo Penitenciário Nacional	10	-	0,00	-
Total - Softwares com vida útil indefinida	196.836	194.637	57,81	1,04	
Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	23.757	15.919	6,45	37,81
	Total - Softwares em fase de desenvolvimento	23.757	15.919	6,45	37,81
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	Fundação Nacional do Índio	18	18	0,01	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	-	0	0,00	(100,00)
	Total - Concessão de Direito de Uso de Comunicação	18	18	0,01	(0,03)
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(27.006,93)	(18.424,14)	(6,65)	22,83
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.352,02)	(1.229,84)	(0,39)	6,80
	Total - Amortização Acumulada	(28.358,95)	19.653,99)	(7,04)	21,83
Total do Ativo Não Circulante - Intangível		342.937	339.765	100,00	0,13

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

Tais obrigações, constituem-se em salários, remunerações, benefícios, férias, benefícios assistenciais e previdenciários, a pagar, dentre outros.

No 3º trimestre de 2022, restaram contabilizados R\$ 978.924 mil para despesas com pessoal, que representaram 67,84% do total do Passivo Exigível. As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em curto prazo e a participação dos órgãos vinculados ao MJSP são evidenciadas na “Tabela 10”. Destaca-se a PF com 59,96% (R\$ 586.932 mil) de representatividade, seguida pela PRF com 30,57% (R\$ 299.233 mil).

Tabela 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

Descrição	R\$ milhares			
	30/09/2022	31/12/2021	AV %	AH %
Polícia Federal	586.932	478.530	59,96	22,65
Polícia Rodoviária Federal	299.233	257.271	30,57	16,31
Ministério da Justiça e Segurança Pública	54.920	43.594	5,61	25,98
Fundação Nacional do Índio	35.453	37.963	3,62	(6,61)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.385	2.154	0,24	10,72
Total	978.924	819.513	100,00	19,45

Fonte: Siafi.

Conforme apresentado na “Tabela 11”, a rubrica Salários, Remunerações e Benefícios apresentou 54,66% (R\$ 535.100 mil) do total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo. Apresentou, ainda, redução de 22,59% (R\$ 156.113 mil) em relação ao saldo de encerramento contábil de 2021, impulsionado, principalmente, pelas PF e PRF, que representaram 92,67% (R\$ 144.669 mil) da variação horizontal.

O aumento de 19,45% ao final do 3º trimestre de 2022, em relação ao encerramento do exercício de 2021 se deveu, em sua maior parte, dos lançamentos contábeis relativos à apropriação de Décimo Terceiro Salário a Pagar e Férias a Pagar. Onde a PF e a PRF representaram 92,15% (R\$ 392.529 mil) das referidas rubricas.

Tabela 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	R\$ milhares			
	30/09/2022	31/12/2021	AV%	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios	535.100	691.213	54,66	(22,59)
Décimo Terceiro Salário a Pagar	249.887	-	25,53	
Férias a Pagar	176.087	103.584	17,99	69,99
Precatórios de Pessoal	8.418	16.186	0,86	(47,99)
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.034	3.720	0,41	8,45
Benefícios Previdenciários	3.012	2.800	0,31	7,58
Contribuição a Entidades de Previd. Complementar	2.243	1.591	0,23	40,98
PSSS - Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens - Intra	90	419	0,01	(78,52)
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros – Intra	52	-	0,01	
Total Geral	978.924	819.513	100,00	19,45

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

O "Resultado de Exercícios Anteriores", registrado no terceiro trimestre de 2022, representou 98,33% (R\$ 274.300.617 mil) do total do passivo e patrimônio líquido, conforme pode-se observar na análise vertical do Balanço Patrimonial. Somente a FUNAI representou 94,17% (R\$ 258.317.813 mil) da referida rubrica, conforme apresentado na “Tabela 12”.

Tabela 12 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	30/09/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	258.317.813	218.584.458	94,17	18,18
Polícia Federal	4.496.475	3.901.545	1,64	15,25
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.200.655	3.262.670	1,53	28,75
Polícia Rodoviária Federal	2.267.531	2.096.399	0,83	8,16
Fundo Penitenciário Nacional	1.287.350	1.367.636	0,47	(5,87)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.168.450	744.871	0,43	56,87
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.077.417	3.764.134	0,39	(71,38)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	831.468	794.122	0,30	4,70
Fundo Nacional Antidrogas	566.606	465.285	0,21	21,78
Subtotal (A)	274.213.766	234.981.120	99,97	16,70
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,03	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,03	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	25	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25)	25	(0,00)	-
Total (A+B+C)	274.300.617	235.067.971	100,00	16,69

Fonte: Siafi.

Com relação ainda ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na “Tabela 13” e “Figura 09”, 92,60% (R\$ 258.317.813 mil) correspondem aos resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio- Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas, assim registrados:

- a) 36,68% no MT (R\$ 94.763.332 mil);
- b) 23,70% no PA (61.217.168 mil);
- c) 15,48% no AM (R\$ 39.997.926 mil);
- d) 8,72% em RO (R\$ 22.512.896 mil);
- e) 4,61% em RR (R\$ 11.193.221 mil);
- f) 3,50% no TO (R\$ 9.051.390 mil);
- i) 7,30% em outros estados (R\$ 18.861.880 mil).

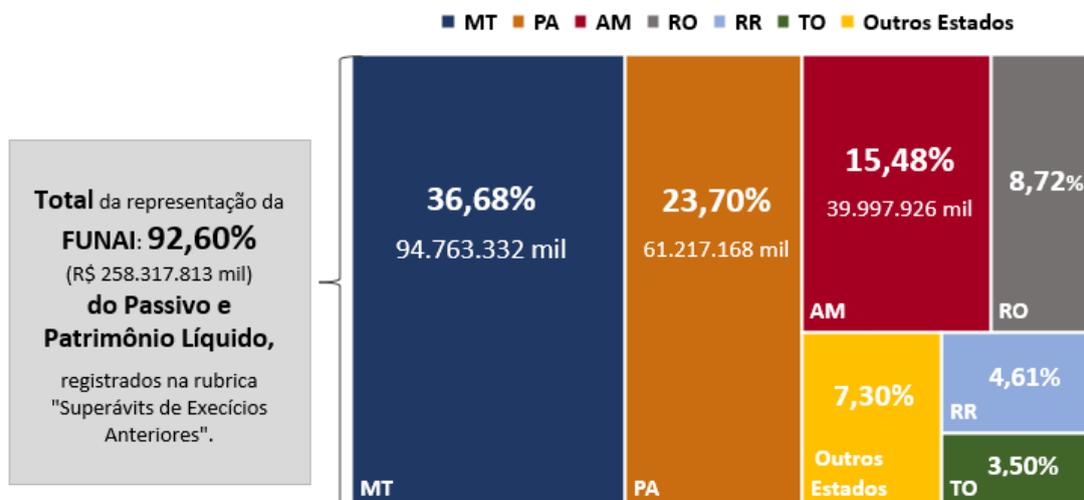
Tabela 13 – Superávits Acumulados – composição Funai – por estado

R\$ milhares

FUNAI - Resultado de Exercícios Anteriores	30/09/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Mato Grosso	94.763.332	46.472.475	33,97	103,91
Pará	61.217.168	22.369.010	21,94	173,67
Amazonas	39.997.926	7.502.144	14,34	433,15
Rondônia	22.512.896	10.812.809	8,07	108,21
Roraima	11.913.221	2.385.237	4,27	399,46
Tocantins	9.051.390	7.477.435	3,24	21,05
Outros Estados	18.861.880	121.565.347	6,76	(84,48)
Total de Superávits de Exercícios Anteriores - FUNAI	258.317.813	218.584.458	92,60	18,18
Total do Resultado de Exercícios Anteriores	274.300.617	235.067.971	98,33	16,69
Total do Patrimônio Líquido	274.963.142	275.487.105	100,00	1,26

Fonte: Siafi.

Figura 09 – Composição da Funai: Resultado de Exercícios Anteriores/ Passivo e PL



Fonte: Siafi.

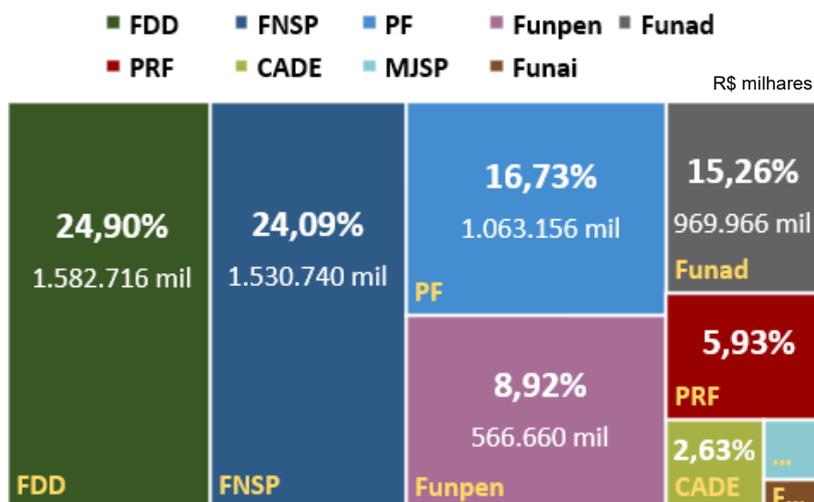
Nota 08 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

Os "Ativos Financeiros", no terceiro trimestre de 2022, representaram 2,28% (R\$ 6.355.164 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo numerário, créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária. Estão registrados, conforme apresentado na "Figura 10":

- a) 24,90% (R\$ 1.582.716 mil) no FDD;
- b) 24,09% (R\$ 1.530.740 mil) no FNSP;
- c) 16,73% (R\$ 1.063.156 mil) na PF;
- d) 15,26% (R\$ 969.966 mil) no Funad;
- e) 8,92% (R\$ R\$ 566.660 mil) no Funpen;
- f) 5,93% (R\$ 376.643 mil) na PRF;
- g) 2,63% (R\$ 166.901 mil) no CADE;
- h) 1,03% (R\$ 65.438 mil) no MJSP; e
- i) 0,52% (R\$ 32.945 mil) na Funai.

Figura 10 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

Ativo Permanente

Os "Ativos Permanentes", no terceiro trimestre de 2022, representaram 97,72% (R\$ 272.607.978 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo bens, créditos e valores em que a mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Cumpre enfatizar que 94,77% (R\$ 258.360.553 mil) dos ativos permanentes correspondentes às Fazendas, Parques e Reservas registrados na Funai.

Passivo Financeiro

No terceiro trimestre de 2022, o "Passivo Financeiro" representou 93,44% (R\$ 7.497.590 mil) do total dos passivos financeiros e permanentes, cuja composição por órgão encontra-se detalhada na "Tabela 14" a seguir.

Tabela 14 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

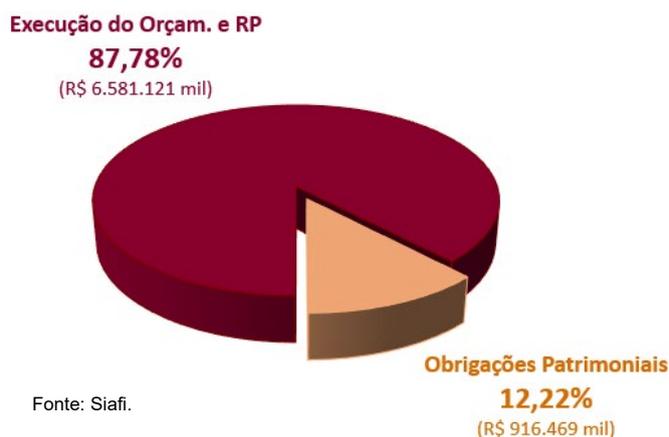
R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgão</i>	30/09/2022	31/12/2021	AV% (SET/2022)	AH%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.257.055	1.196.268	25,66	6,53
Polícia Federal	1.592.267	1.166.017	25,01	1,89
Fundação Nacional do Índio	190.218	141.448	3,03	3,03
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	24.948	12.810	0,27	(33,99)
Polícia Rodoviária Federal	2.183.309	758.025	16,26	(1,36)
Fundação de Defesa de Direitos Difusos	87.995	163.798	3,51	(20,83)
Fundo Penitenciário Nacional	592.264	600.740	12,89	15,63
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.519.409	597.758	12,82	(22,89)
Fundo Nacional Antidrogas	1.257.055	1.196.268	0,54	2,34
Total Geral	7.497.590	4.662.241	100,00	(1,20)

Fonte: Siafi.

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais, cuja representação pode-se observar na "Figura 11".

Figura 11 – Composição do Passivo Financeiro



Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – Execução do Orçamento e de Restos a Pagar (contas 62 e 63)

No tocante aos passivos orçamentários, conforme apresentado na "Tabela 15", no terceiro trimestre de 2022, sua distribuição por órgão ocorreu da seguinte maneira:

- 28,30% (R\$ 1.862.377 mil) na PRF;
- 22,96% (R\$ 1.510.923 mil) na PF;
- 18,29% (R\$ 1.203.418 mil) no MJSP;

- d) 17,52% (R\$ 1.153.330 mil) no FNSP;
 e) 8,10% (R\$ 533.115 mil) no Funpen;
 f) 2,41% (R\$ 158.895 mil) na Funai;
 g) 1,29% (R\$ 85.194 mil) no FDD;
 h) 0,76% (R\$ 50.070 mil) na Funad; e
 i) 0,36% (R\$ 23.799 mil) no CADE.

Tabela 15 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas</i>	30/09/2022	31/12/2021	AV%	AH%
Polícia Rodoviária Federal	1.862.377	389.100	28,30	378,64
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	297.501	-	-
Crédito Empenhado a Liquidar	1.731.820	-	26,31	-
RP Não Processados a Liquidar	103.253	91.599	1,57	12,72
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	27.304	-	0,41	-
Polícia Federal	1.510.923	592.159	22,96	155,15
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	304.797	-	-100,00
Crédito Empenhado a Liquidar	1.190.256	-	18,09	-
RP Não Processados a Liquidar	256.082	287.362	3,89	-10,89
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	64.585	-	0,98	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.203.418	689.155	18,29	74,62
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	566.299	-	-100,00
Crédito Empenhado a Liquidar	947.667	-	14,40	-
RP Não Processados a Liquidar	198.656	122.856	3,02	61,70
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	57.096	-	0,87	-
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.153.330	1.131.488	17,52	1,93
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	514.770	-	-100,00
Crédito Empenhado a Liquidar	411.244	-	6,25	-
RP Não Processados a Liquidar	722.419	616.718	10,98	17,14
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	19.668	-	0,30	-
Fundo Penitenciário Nacional	533.115	560.042	8,10	-4,81
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	345.018	-	-100,00
Crédito Empenhado a Liquidar	98.744	-	1,50	-
RP Não Processados a Liquidar	352.898	215.024	5,36	64,12
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	81.473	-	1,24	-
Fundação Nacional do Índio	158.895	107.829	2,41	47,36
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	96.663	-	-100,00
Crédito Empenhado a Liquidar	118.366	-	1,80	-
RP Não Processados a Liquidar	36.200	11.167	0,55	224,17
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	4.330	-	0,07	-
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	85.194	160.585	1,29	-46,95
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	5.076	-	-100,00
Crédito Empenhado a Liquidar	-	-	-	-
RP Não Processados a Liquidar	79.721	155.510	1,21	-48,74
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	5.474	-	0,08	-
Fundo Nacional Antidrogas	50.070	25.375	0,76	97,32
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	15.716	-	-100,00
Crédito Empenhado a Liquidar	32.911	-	0,50	-
RP Não Processados a Liquidar	17.159	9.659	0,26	77,65
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	-	-	-	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	23.799	11.595	0,36	105,25
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	8.794	-	-100,00
Crédito Empenhado a Liquidar	18.779	-	0,29	-
RP Não Processados a Liquidar	2.729	2.801	0,04	-2,58
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	2.291	-	0,03	-
Total	6.581.121	3.667.329	100,00	79,45

Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – Obrigações Patrimoniais (contas 21 e 22)

Quanto às obrigações patrimoniais, representaram 12,22% (R\$ 916.469 mil) do Passivo Financeiro no terceiro trimestre de 2022, conforme apresentado na “Tabela 16” a seguir, sendo 88,77% (R\$ 813.505 mil) do referido montante assim registrados:

- a) 42,43% (R\$ 388.848 mil) na PF;
- b) 35,02% (R\$ 320.932 mil) na PRF;
- c) 11,32% (R\$ 103.724 mil) no MJSP; e
- d) 11,23% (102.964 mil) nos demais órgãos do MJSP.

Destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram 58,38% (R\$ 535.044 mil) das obrigações patrimoniais do Passivo Financeiro; sendo 30,63% (R\$ 280.741 mil) na Polícia Federal e 22,23% (R\$ 203.764 mil) na Polícia Rodoviária Federal, cujos órgãos somaram 52,87% (R\$ 484.505 mil) das referidas obrigações.

As “Transferências Discricionárias a Pagar” também apresentaram representação significativa de 13,14% (R\$ 120.455 mil) com relação ao total das obrigações patrimoniais.

Ambos os grupos de contas, cujas representações em relação ao total das obrigações patrimoniais dos órgãos foram significativas, totalizando 71,52% (R\$ 655.499 mil), encontram-se detalhados na “Tabela 16” com seus respectivos saldos.

Tabela 16 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

	R\$ milhares			
<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas</i>	30/09/2022	31/12/2021	AV % (SET/2022)	AH%
Polícia Federal	388.848	476.863	42,43	(18,46)
Salários, Remunerações e Benefícios	280.741	375.043	30,63	(25,14)
Polícia Rodoviária Federal	320.932	368.925	35,02	(13,01)
Salários, Remunerações e Benefícios	203.764	254.161	22,23	(19,83)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	103.724	64.780	11,32	60,12
Transferências Discric. a Pagar - INTER OFSS - Estado	58.258	14.906	6,36	290,84
Salários, Remunerações e Benefícios	29.881	34.628	3,26	(13,71)
Fundo Penitenciário Nacional	59.149	40.698	6,45	45,34
Transferências Discric. a Pagar - Consolidação	56.311	36.129	6,14	55,86
Fundação Nacional do Índio	31.322	33.619	3,42	(6,83)
Salários, Remunerações e Benefícios	19.880	26.409	2,17	(24,72)
Fundo Nacional de Segurança Pública	8.486	5.599	0,93	51,56
Transferências Discric. a Pagar - Consolidação	3.195	1.338	0,35	138,83
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	2.801	3.213	0,31	(12,83)
Transferências Discric. a Pagar - Consolidação	2.636	2.966	0,29	(11,12)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.149	1.215	0,13	(5,43)
Salários, Remunerações e Benefícios	777	948	0,08	(17,95)
Fundo Nacional Antidrogas	57	1	0,01	7.539,72
Transferências Discric. a Pagar - INTER OFSS - Estado	55	-	0,01	-
Total Geral	916.469	994.912	100,00	(7,88)

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

No terceiro trimestre de 2022, destacaram-se as representações da PF e PRF, totalizando 79,68% (R\$ 419.482 mil) do Passivo Permanente, que representa as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate; sendo 58,62% (R\$ 308.578 mil) na PF e 21,07% (R\$ 110.904 mil) na PRF respectivamente. Observa-se a distribuição por órgão na "Tabela 17".

Tabela 17 – Passivo Permanente – composição por órgão

R\$ milhares

Passivo Permanente – por órgão	30/09/2022	31/12/2021	AV% (SET/2022)	AH%
Polícia Federal	308.578	98.561	58,62	213,08
Polícia Rodoviária Federal	110.904	11.474	21,07	866,55
Fundo Nacional do Índio	39.537	37.559	7,51	5,27
Ministério da Justiça e Segurança Pública	34.719	15.110	6,60	129,77
Fundo Nacional de Segurança Pública	19.370	10.241	3,68	89,14
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.856	10.545	2,06	2,94
Fundo Penitenciário Nacional	2.462	2.501	0,47	-1,57
Total	526.425	185.992	100,00	183,04

Fonte: Siafi.

Figura 12 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



Nota 09 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP

São representados pela execução dos atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. Contemplam os registros dos valores dos convênios e outros instrumentos congêneres firmados entre entidades e os registros provenientes dos valores de obrigações contratuais em que a administração pública é a contratante.

No 3º trimestre de 2022, os Atos Potenciais Passivos apresentaram saldo de R\$ 5,7 bilhões, sendo, desse valor, 62,51% (R\$ 3.590.402 mil) relativo à rubrica Obrigações Contratuais e 37,49% (R\$ 2.153.618 mil) de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres.

Apresenta-se, na “Tabela 18”, a composição do saldo da conta contábil Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres. Destaca-se o MJSP, com 38,75% (R\$ 834.474 mil) na Execução de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres e o FDD, com 12,27% (R\$ 264.191 mil) na execução dos Termos de Execução Descentralizada.

Tabela 18 - Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por modalidade

R\$ milhares				
Conta contábil	30/09/2022	31/12/2021	AV %	AH %
Execução de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres	1.782.237	1.994.327	82,76	(10,63)
MJSP	834.474	1.091.009	38,75	(23,51)
FUNPEN	566.171	374.868	26,29	51,03
FNSP	224.943	297.195	10,44	(24,31)
FDD	91.604	178.514	4,25	(48,69)
FUNAD	60.487	48.183	2,81	25,53
FUNAI	4.559	4.559	0,21	0,00
Termo de Execução Descentralizada	371.380	488.953	17,24	(24,05)
FDD	264.191	352.405	12,27	(25,03)
FNSP	32.703	27.515	1,52	18,85
FUNAD	22.289	31.393	1,03	(29,00)
FUNPEN	16.981	24.029	0,79	(29,33)
PF	16.346	11.382	0,76	43,61
PRF	9.447	10.824	0,44	(12,73)
MJSP	4.761	25.475	0,22	(81,31)
CADE	4.664	5.929	0,22	(21,33)
Total	2.153.618	2.483.280	100,00	(13,28)

Fonte: Siafi.

A rubrica Obrigações Contratuais contempla os contratos em que a administração pública participa como contratante, representou 62,51% do saldo dos Atos Potenciais Passivos, do quadro de compensações. Na “Tabela 19”, os contratos de serviços apresentaram maior representatividade, 62,33% (R\$ 2.237.898 mil) dos contratos em execução.

Tabela 19 - Obrigações Contratuais – por modalidade

R\$ milhares				
Obrigações contratuais – por modalidade	30/09/2022	31/12/2021	AV %	AH %
Contratos de Serviços	2.237.898	1.837.867	62,33	21,77
Contratos de Fornecimento de Bens	1.164.903	855.475	32,44	36,17
Contratos de Aluguéis	180.333	105.585	5,02	70,79
Contratos de Seguros	6.114	4.998	0,17	22,33
Acordo Transf. Recursos p/Org. Internacionais	1.050	1.050	0,03	-
Execução de Contrato de Gestão	103	103	0,00	0,00
Total	3.590.402	2.805.078	100,00	28,00

Fonte: Siafi.

Na “Tabela 20” abaixo, destaque para a PF, que representou 52,06% (R\$ 1.869.211 mil) das obrigações contratuais até 30 de setembro de 2022. Na análise horizontal, o aumento de 107,25% do FNSP, foi impactado em 30,09% (R\$ 160.162 mil) pelo registro de termo aditivo de contrato de aquisição de veículos utilitários, ambulâncias, caminhões-tanque e caminhonete descaracterizada, para atendimento das necessidades do órgão.

Tabela 20 – Obrigações Contratuais – por órgão contratante

R\$ milhares				
Obrigações contratuais – por órgão contratante	30/09/2022	31/12/2021	AV %	AH %
PF	1.869.211	1.427.537	52,06	30,94
FNSP	532.349	256.866	14,83	107,25
PRF	395.516	324.694	11,02	21,81
MJSP	338.635	333.017	9,43	1,69
FUNAI	271.853	287.791	7,57	(5,54)
FUNPEN	94.261	104.698	2,63	(9,97)
CADE	77.785	58.183	2,17	33,69
FDD	10.791	12.291	0,30	(12,21)
Total	3.590.402	2.805.078	100,00	28,00

Fonte: Siafi.

Em seguida, a “Tabela 21” apresenta os 10 (dez) contratados com os valores mais expressivos, representando 42,23% (R\$ 1.516.136 mil) em relação ao total das obrigações contratuais.

Tabela 21 - Obrigações Contratuais – por contratado

	R\$ milhares	
Obrigações contratuais – por contratado	30/09/2022	AV %
Casa da Moeda do Brasil CMB	487.112	13,57
General Motors do Brasil Ltda	312.427	8,70
Serpro - Sede - Brasília	184.512	5,14
Iafis Systems do Brasil Eireli	130.036	3,62
Multibrasil Construção Ltda	93.809	2,61
Antonio Amaral Vilas Boas Neto	81.860	2,28
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	74.019	2,06
Caixa Econômica Federal	57.366	1,60
Concept Mobility Serviços de Mobilidade Ltda	56.850	1,58
Claro S.A.	38.145	1,06
Demais saldos (2.843 contratados)	2.074.266	57,77
Total	3.590.402	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Pessoal e Encargos – DVP

No 3º trimestre de 2022, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 14,41% (R\$ 6.064.644 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelos gastos com pessoal alusivos à Polícia Federal, que apresentou 53,86% (R\$ 3.266.701 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal, com 37,48% (R\$ 2.272.890 mil). Somando, ambas, 91,34% (R\$ 5.539.591 mil), conforme “Tabela 22”.

Nesse sentido, os órgãos referenciados representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 70,50% (R\$ 4.275.738 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. O maior destaque ocorreu na PF, com 41,89% (R\$ 2.540.595 mil) em relação ao total da rubrica.

Tabela 22 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

	R\$ milhares			
Pessoal e Encargos	30/09/2022	30/09/2021	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	3.266.701	3.190.649	53,86	2,38
Benefícios a Pessoal	109.498	101.044	1,81	8,37
Encargos Patronais	580.377	582.985	9,57	(0,45)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	36.231	27.460	0,60	31,94
Remuneração a Pessoal	2.540.595	2.479.160	41,89	2,48
Polícia Rodoviária Federal	2.272.890	2.123.224	37,48	7,05
Benefícios a Pessoal	156.250	144.182	2,58	8,37
Encargos Patronais	370.874	348.255	6,12	6,50
Outras VPD - Pessoal e Encargos	10.622	1.430	0,18	642,79
Remuneração a Pessoal	1.735.143	1.629.357	28,61	6,49
Ministério da Justiça e Segurança Pública	351.390	319.647	5,79	9,93
Benefícios a Pessoal	24.434	21.380	0,40	14,28
Encargos Patronais	40.773	39.265	0,67	3,84
Outras VPD - Pessoal e Encargos	13.234	12.967	0,22	2,06
Remuneração a Pessoal	272.949	246.034	4,50	10,94
Fundação Nacional do Índio	163.728	194.812	2,70	(15,96)
Benefícios a Pessoal	8.482	9.563	0,14	(11,30)
Encargos Patronais	23.725	23.797	0,39	(0,30)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	953	1.199	0,02	(20,51)
Remuneração a Pessoal	130.567	160.252	2,15	(18,52)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.935	10.254	0,16	(3,12)
Benefícios a Pessoal	431	425	0,01	1,18
Encargos Patronais	1.033	928	0,02	11,34

Outras VPD - Pessoal e Encargos	608	708	0,01	(14,16)
Remuneração a Pessoal	7.864	8.193	0,13	(4,02)
Fundo Penitenciário Nacional	0	-	0,00	-
Encargos Patronais	0	-	0,00	-
Total Geral	6.064.644	5.838.585	100,00	3,87

Fonte: Siafi.

Na análise da conta contábil “Outras VPD – Pessoal e Encargos”, que apresentou maior variação horizontal, a rubrica Pessoal Requisitado de Outros Órgãos representou 52,02% (R\$ 32.071 mil) do total dessa rubrica contábil, conforme apresentado na “Tabela 23”. Nesse sentido, com exceção da PF que registrou redução, os demais órgãos apresentaram aumento. Destacando-se, em relação aos recursos empregados, o MJSP com o aumento na variação horizontal de 16,35%, seguido pela Funai, com 36,57%. Verifica-se, ainda, que os servidores, requisitados ou cedidos, são oriundos da Infraero, Correios, Casa da Moeda, Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, CGT Eletrosul e Caixa Econômica Federal.

Destaca-se, igualmente, na rubrica Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas o aumento substancial nos gastos com auxílio a participantes dos cursos de formação de delegado, agente, escrivão e papiloscopista da PF e do curso de formação policial da PRF.

Tabela 23 – Outras VPD – Pessoal e Encargos

R\$ milhares

Outras VPD – Pessoal e Encargos	30/09/2022	30/09/2021	AV (%)	AH (%)
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	32.071	39.246	52,02	(18,28)
Polícia Federal	18.160	27.454	29,46	(33,85)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	10.874	9.346	17,64	16,35
Polícia Rodoviária Federal	1.701	1.417	2,76	20,05
Fundação Nacional do Índio	953	698	1,55	36,57
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	383	331	0,62	15,58
Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas	26.992	520	43,78	5.087,50
Polícia Federal	18.071	6	29,31	295.448,90
Polícia Rodoviária Federal	8.921	13	14,47	69.162,98
Fundação Nacional do Índio	-	501	-	-
Pessoal Requisitado de Outros Entes	2.513	3.933	4,08	(36,11)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.360	3.621	3,83	(34,83)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	153	312	0,25	(51,02)
Indenizações e Restituições Trabalhistas	72	64	0,12	11,34
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	72	64	0,12	11,34
Total Geral	61.647	43.764	100,00	40,86

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Aposentadorias e Reformas – DVP

No âmbito do MJSP, representam as aposentadorias, pensões e outros benefícios de caráter contributivo, assegurados pela previdência social com o objetivo de garantir meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada e tempo de serviço ou garantir renda aos dependentes do segurado falecido.

No 3º trimestre de 2022, a conta contábil Benefícios Previdenciários e Assistenciais, representou 8,31% (R\$ 3.495.289 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas. Sendo, o seu saldo, composto pelas rubricas Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais, conforme “Tabela 24”.

Tabela 24 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – por conta contábil

R\$ milhares

Conta contábil	30/09/2022	30/09/2021	AV (%)	AH (%)
Aposentadorias	2.529.069	2.487.014	72,36	1,69
Proventos - Pessoal Civil	2.293.794	2.256.779	65,63	1,64
13º Salário - Pessoal Civil 16/91	205.161	210.464	5,87	(2,52)
Gratificações	16.824	13.652	0,48	23,24
Licença Prêmio para Inativo Civil	5.736	-	0,16	100,00
Sentenças Judiciais - Aposentadorias RPPS	5.384	3.704	0,15	45,36
Demais Vantagens Pecuniárias	2.155	2.274	0,06	(5,23)

Complementação de Aposentadoria Pessoal Civil	14	15	0,00	(6,77)
Aposentadorias Pendentes de Aprovação Pessoal Civil	-	121	-	(100,00)
Outras Aposentadorias	-	2	-	(100,00)
Sentenças Judiciais - Aposentadorias RGPS	-	4	-	(100,00)
Pensões	894.039	846.278	25,58	5,64
Pensões Cíveis	845.720	802.355	24,20	5,40
13º Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	44.375	42.412	1,27	4,63
Complementação de Pensões Pessoal Civil	3.052	-	0,09	100,00
Sentenças Judiciais - Pensões RPPS	439	727	0,01	(39,64)
Outras Pensões	394	420	0,01	(6,27)
Pensões Indenizatórias - Legislação Especial	37	35	0,00	5,68
Licença-Prêmio para Pensionista Civil	20	325	0,00	(93,83)
13º Salário - Pessoal Militar - Pensionistas	2	3	0,00	(29,92)
Outros Benefícios Assistenciais	72.182	73.950	2,07	(2,39)
Assistência à Saúde	66.236	65.996	1,90	0,36
Auxílio Funeral	3.610	6.122	0,10	(41,03)
Salário-Família	2.145	1.619	0,06	32,50
Auxílio Natalidade	191	214	0,01	(10,72)
Total Geral	3.495.289	3.407.242	100,00	2,58

Fonte: Siafi.

Destaca-se, de acordo com a “Tabela 24” acima, as aposentadorias abrangidas pelo RPPS (Regime Próprio da Previdência Social), que é específico para servidores públicos concursados, titulares de cargo efetivo, com 72,36% (R\$ 2.529.069 mil) e as pensões, igualmente abrangidas pelo RPPS, pagas aos dependentes, com 25,58% (R\$ 894.039 mil).

A seguir, a “Tabela 25” evidencia a variação patrimonial diminutiva em relação aos órgãos vinculados ao MJSP. Destacam-se a PF que apresentou 52,88% (R\$ 1.848.272 mil), seguida pela PRF, com 39,73% (R\$ 1.388.781 mil). Ressalta-se, ainda, o aumento de 37,82% (R\$ 41.484 mil) na análise horizontal da Funai, impactado pelo registro de R\$ 38.991 mil na rubrica de Aposentadorias e Reformas daquele órgão.

Tabela 25 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/09/2022	30/09/2021	AV (%)	AH (%)
PF	1.848.272	1.820.359	52,88	1,53
Aposentadorias e Reformas	1.335.037	1.319.789	38,20	1,16
Outros Benefícios Assistenciais	33.523	34.354	0,96	(2,42)
Pensões	479.711	466.216	13,72	2,89
PRF	1.388.781	1.369.116	39,73	1,44
Aposentadorias e Reformas	1.016.869	1.027.355	29,09	(1,02)
Outros Benefícios Assistenciais	34.155	34.830	0,98	(1,94)
Pensões	337.758	306.930	9,66	10,04
FUNAI	151.172	109.688	4,33	37,82
Aposentadorias e Reformas	112.792	73.801	3,23	52,83
Outros Benefícios Assistenciais	2.218	2.456	0,06	(9,70)
Pensões	36.161	33.430	1,03	8,17
MJSP	106.423	107.472	3,04	(0,98)
Aposentadorias e Reformas	63.795	65.527	1,83	(2,64)
Outros Benefícios Assistenciais	2.219	2.243	0,06	(1,08)
Pensões	40.408	39.701	1,16	1,78
CADE	642	606	0,02	5,98
Aposentadorias e Reformas	576	540	0,02	6,55
Outros Benefícios Assistenciais	66	66	0,00	1,22
Total Geral	3.495.289	3.407.242	100,00	2,58

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 3º trimestre de 2022, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 39,71% (R\$ 1.730.807 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na “Tabela 26” verifica-se que 88,09% (R\$ 1.521.626 mil) da receita realizada decorre de loteria de prognósticos numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,14% (R\$ 1.559.994 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,86% (R\$ 170.813 mil).

Tabela 26 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida	30/09/2022	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.559.994	90,14
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	1.521.626	88,09
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	21.164	1,11
Participação da União em Receita de Loteria Federal	10.137	0,56
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	7.067	0,38
Fundo Penitenciário Nacional	170.813	9,86
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	164.322	9,51
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	4.233	0,22
Participação da União em Receita de Loteria Federal	1.642	0,09
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	615	0,03
Total	1.730.807	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 3º trimestre de 2022, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 35,67% (R\$ 1.554.795 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. Conforme “Tabela 27” destaca-se a PRF com 54,80% (R\$ 851.955 mil) das receitas realizadas, seguida pelo FDD, com 43,58% (R\$ 677.547 mil).

Tabela 27 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – por órgão	30/09/2022	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	851.955	54,80
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	677.547	43,58
Fundo Penitenciário Nacional	13.751	0,88
Polícia Federal	10.672	0,69
Fundo Nacional Antidrogas	449	0,03
Fundo Nacional de Segurança Pública	415	0,03
Fundação Nacional do Índio	6	0,00
Total	1.554.795	100,00

Fonte: Siafi.

A receita líquida orçamentária relativa à rubrica Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, arrecadadas pela PRF, representaram 54,59% (R\$ 848.752 mil) do total da receita orçamentária, contabilizada em “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”, conforme evidenciado na “Tabela 28”. Nesse sentido, as Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, representaram 44,10% (R\$ 685.632 mil) e têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e o FDD somaram 98,37% (R\$ 1.529.502 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

Tabela 28 – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	30/09/2022	AV (%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	848.752	54,59
Polícia Rodoviária Federal	848.752	54,59
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	685.632	44,10
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	685.632	44,10
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	13.707	0,88
Fundo Penitenciário Nacional	13.703	0,88
Polícia Federal	5	0,00
Multas Previstas em Legislação Específica	6.512	0,42
Polícia Federal	10.561	0,68
Polícia Rodoviária Federal	3.150	0,20
Fundo Nacional Antidrogas	422	0,03
Fundo Nacional de Segurança Pública	415	0,03
Fundo Penitenciário Nacional	48	0,00
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	(8.085)	(0,52)
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	133	0,01
Polícia Federal	106	0,01
Fundo Nacional Antidrogas	27	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	59	0,00
Polícia Rodoviária Federal	53	0,00
Fundação Nacional do Índio	6	0,00
Total	1.554.795	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -11.041.381 mil, no terceiro trimestre de 2022, foi impactado em 55,03% (R\$ -6.075.770 mil) pela PF e em 43,11% (R\$ -4.759.665 mil) pela PRF, conforme demonstrado na "Tabela 29" abaixo. Ambos os órgãos somaram 98,13% (R\$ -10.835.435 mil) do déficit apresentado pelo MJSP.

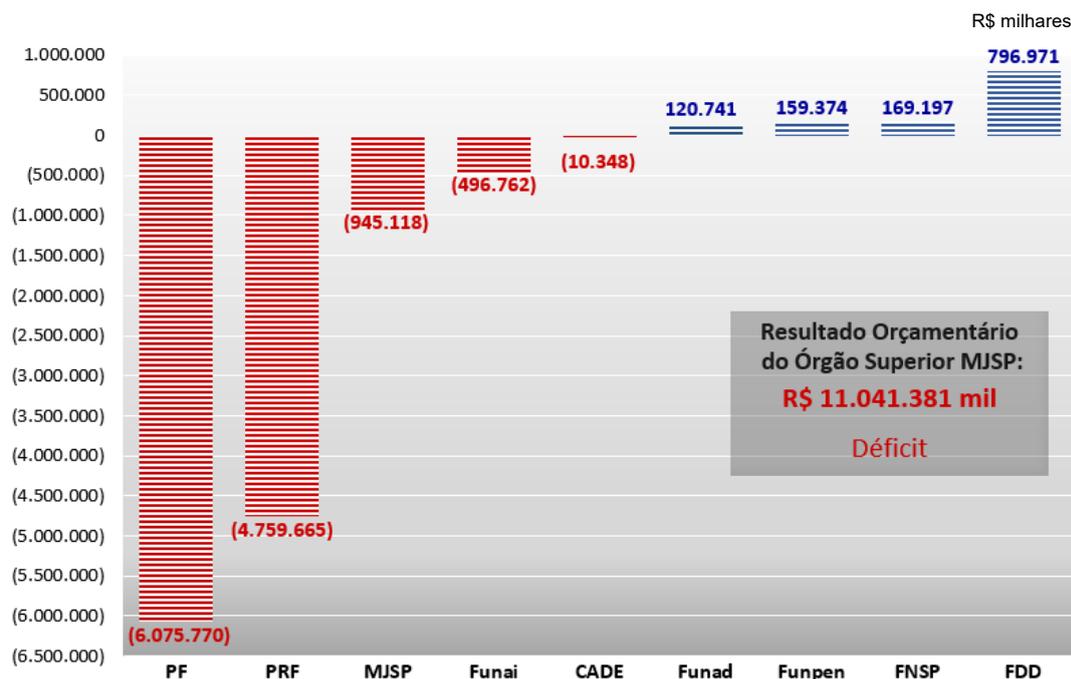
Tabela 29 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	554.097	6.629.868	(6.075.770)	55,03
Polícia Rodoviária Federal	870.444	5.630.108	(4.759.665)	43,11
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.355	947.473	(945.118)	8,56
Fundação Nacional do Índio	240	497.002	(496.762)	4,50
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	41.797	52.145	(10.348)	0,09
Fundo Nacional Antidrogas	153.872	33.132	120.741	(1,09)
Fundo Penitenciário Nacional	314.146	154.773	159.374	(1,44)
Fundação Nacional de Segurança Pública	1.637.733	1.468.536	169.197	(1,53)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	796.971	0	796.971	(7,22)
Total	4.371.656	15.413.037	(11.041.381)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 13 – Resultado Orçamentário – por órgão



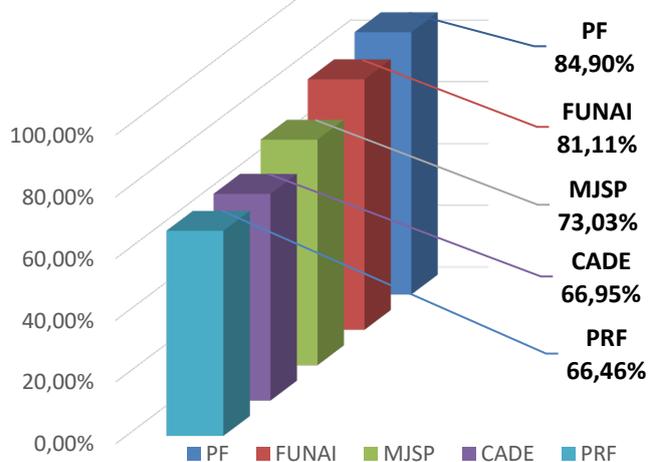
Fonte: Siafi.

Nota 15 – Pessoal e Encargos Sociais – BO

No terceiro trimestre de 2022, do total das despesas empenhadas R\$ 10.711.312 mil com "Pessoal e Encargos Sociais, 76,16% (R\$ 8.158.217 mil) foram efetivamente pagas, podendo ser verificado na "Tabela 30". O percentual das despesas pagas em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 14", onde destaca-se a PF, com 84,90% de execução, seguida pela Funai, com 81,11%.

Figura 14 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais por órgão vinculado ao MJSP 3º trimestre de 2022



Fonte: Siafi.

Na “Tabela 30”, pode se verificar que a rubrica Obrigações Patronais apresentou maior percentual de execução, com 81,75%, acompanhada pela Vencimentos e Vantagens Fixas, com 78,84%, que em contrapartida possui o maior volume empenhado.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PF foi responsável pelo maior volume, 48,57% (R\$ 5.202.788 mil), seguida pela PRF, com 43,62% (R\$ 4.671.926 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 92,19% (R\$ 9.874.714 mil) do total das despesas empenhadas

Tabela 30 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

CONTA CONTÁBIL	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA LIQUIDADADA A PAGAR	DESPESA LIQUIDADADA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	5.139.354	47,98	754.435	332.925	4.051.994	49,67	78,84
PF	2.404.166	22,45	25.865	175.777	2.202.524	27,00	91,61
PRF	2.320.687	21,67	676.129	124.944	1.519.615	18,63	65,48
MJSP	283.545	2,65	42.901	19.781	220.862	2,71	77,89
FUNAI	121.036	1,13	6.916	11.842	102.277	1,25	84,50
CADE	9.920	0,09	2.623	581	6.715	0,08	67,70
Aposentadorias e Pensões	4.262.826	39,80	929.587	276.759	3.056.480	37,47	71,70
PF	2.151.936	20,09	385.957	143.555	1.622.424	19,89	75,39
PRF	1.806.629	16,87	487.789	110.336	1.208.504	14,81	66,89
FUNAI	161.273	1,51	15.732	12.578	132.963	1,63	82,45
MJSP	142.238	1,33	39.907	10.233	92.099	1,13	64,75
CADE	750	0,01	202	58	490	0,01	65,38
Obrigações Patronais	1.218.749	11,38	222.310	142	996.297	12,21	81,75
PF	600.455	5,61	32.125	-	568.330	6,97	94,65
PRF	528.168	4,93	163.468	-	364.700	4,47	69,05
MJSP	53.825	0,50	13.700	-	40.126	0,49	74,55
FUNAI	34.945	0,33	12.609	-	22.336	0,27	63,92
CADE	1.356	0,01	408	142	806	0,01	59,45
Outras Despesas	90.384	0,84	29.255	7.683	53.446	0,66	59,13
PF	46.231	0,43	16.709	5.447	24.075	0,30	52,08
MJSP	23.616	0,22	8.439	741	14.437	0,18	61,13
PRF	16.442	0,15	3.360	1.096	11.986	0,15	72,90
FUNAI	2.884	0,03	471	316	2.096	0,03	72,69
CADE	1.211	0,01	277	83	851	0,01	70,23
Total Geral	10.711.312	100,00	1.935.587	617.509	8.158.217	100,00	76,16

Fonte: Siafi, 30/09/2022.

Nota 16 – Outras Despesas Correntes – BO

Representam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa e dependem de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas.

No terceiro trimestre de 2022, a rubrica Outras Despesas Correntes correspondeu a 19,06% (R\$ 1.936.672 mil) das despesas pagas do balanço orçamentário. Esse valor representou, ainda, 55,97% da execução das despesas empenhadas, que somaram R\$ 3.460.255 mil. Conforme “Tabela 31”, destacou-se a PF com o maior percentual de execução, 56,10% (R\$ 872.187 mil) e maior valor empenhado, 38,13% (R\$ 1.319.439 mil) do total da rubrica.

Tabela 31 – Execução de Outras Despesas Correntes – por órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA EMPENHADA EM LIQUIDAÇÃO	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	DESPESA LIQUIDADA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	1.319.439	38,13	407.456	49	39.748	872.187	45,04	66,10
PRF	811.364	23,45	269.163	1	32.200	510.001	26,33	62,86
FNSP	767.439	22,18	497.985	0	275	269.179	13,90	35,08
MJSP	236.193	6,83	108.203	0	5.307	122.683	6,33	51,94
FUNAI	167.682	4,85	76.817	0	3.622	87.242	4,50	52,03
FUNPEN	117.108	3,38	63.662	0	373	53.074	2,74	45,32
CADE	37.076	1,07	14.740	0	196	22.141	1,14	59,72
FUNAD	3.953	0,11	3.733	0	55	166	0,01	4,19
Total Geral	3.460.255	100,00	1.441.759	49	81.775	1.936.672	100,00	55,97

Fonte: Siafi, 30/09/2022.

Na “Tabela 32”, observa-se que a conta contábil Diárias no País representou o maior percentual pago até terceiro trimestre de 2022, com 16,08% (R\$ 311.497 mil). Nesse sentido, destaca-se, como na “Figura 15”, o FNSP, com 54,49% (R\$ 169.726 mil) da execução da despesa.

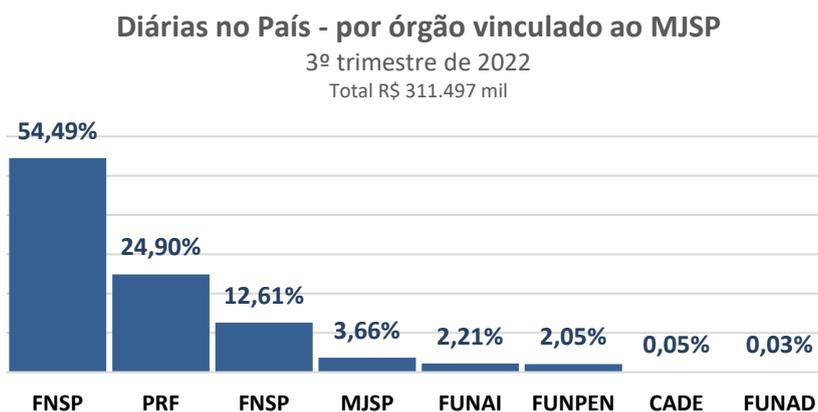
Tabela 32 – Execução de Outras Despesas Correntes – por natureza de despesa

R\$ milhares

Natureza de Despesa Detalhada	Despesa Empenhada Liquidada Paga	AV (%)
Diárias no país	311.497	16,08
Serviços gráficos e editoriais	133.055	6,87
Auxílio-alimentação civis	113.908	5,88
Apoio administrativo, técnico e operacional	70.750	3,65
Combustíveis e lubrificantes automotivos	69.970	3,61
Serv. de apoio admin., técnico e operacional	63.104	3,26
Ressarcimento assistência médica/odontológica	60.233	3,11
Passagens para o país	54.700	2,82
Locação de imóveis	52.697	2,72
Restituições	50.894	2,63
Demais despesas	955.864	49,36
Total Geral	1.936.672	100,00

Fonte: Siafi, 30/09/2022.

Figura 15 – Outras Despesas Correntes – Diárias no País – por órgão vinculado



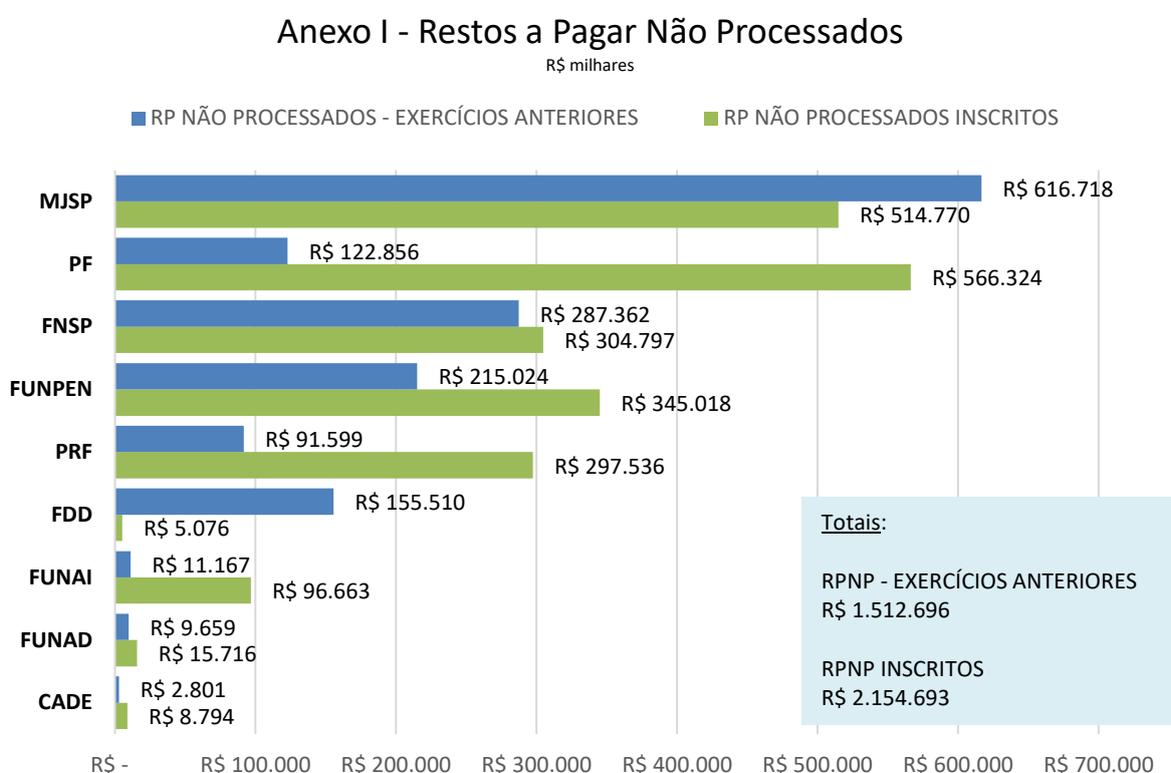
Fonte: Siafi.

Nota 17 – Restos a Pagar – Anexos – BO

Compõem o balanço orçamentário o quadro de Execução dos Restos a Pagar Não Processados – RPNP que evidenciam as despesas orçamentárias dos restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução e os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência; e o quadro de Execução dos Restos a Pagar Processados – RPP que trata dos restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior, nas respectivas fases de execução e os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

Ao final do terceiro trimestre de 2022, destacam-se na rubrica Restos a Pagar Não Processados, “Figura 16”, o MJSP com os valores mais representativos, R\$ 616.718 mil e R\$ 514.770 mil, e a PF, com R\$ 122.856 mil e R\$ 566.324 mil, respectivamente, RPNP de Exercícios Anteriores e RPNP Inscritos.

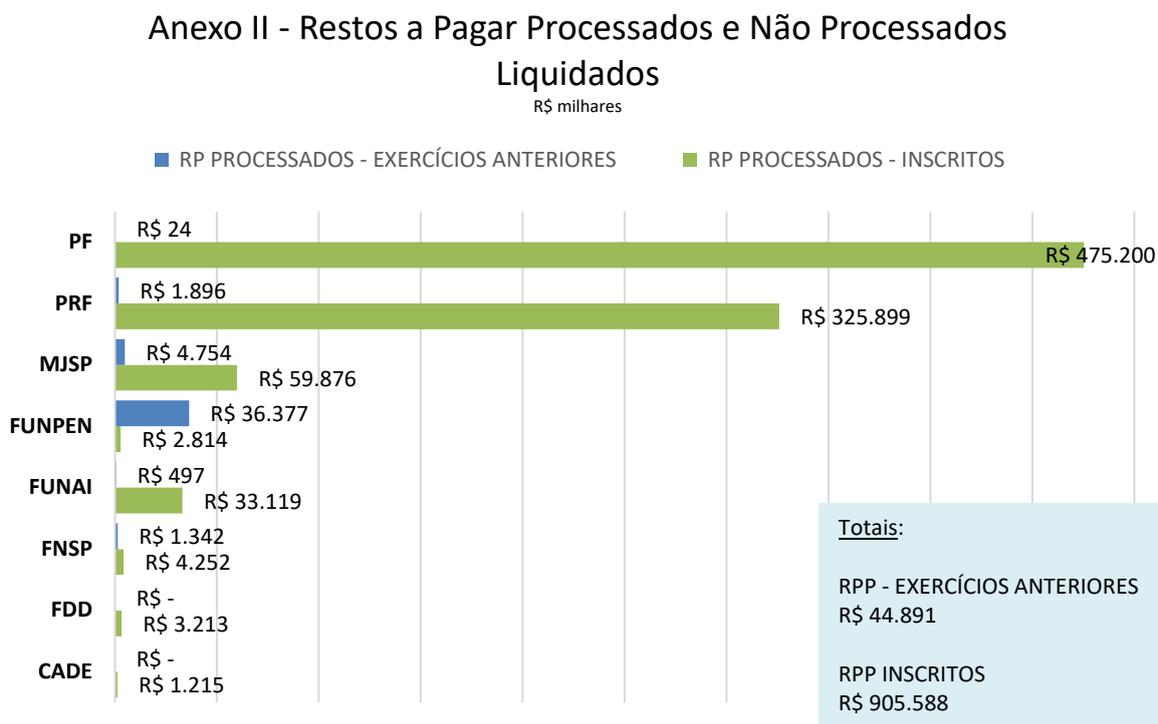
Figura 16 – Restos a Pagar Não Processados – por órgão



Fonte: Siafi.

Na “Figura 17” são demonstrados, por órgão vinculado, os saldos de restos a pagar até 30 de setembro de 2022 da rubrica Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados. Destacam-se, com maior representatividade dos saldos referentes aos RPP Inscritos, a PF com R\$ 475.200 mil e a PRF que apresentou saldo de R\$ 325.899 mil.

Figura 17 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 33”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 34”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 33 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2022 (A: Sem Consolidação)		30/09/2022 (B: Com Consolidação)		30/09/2022 (A-B)	
	AV%	AV%	AV%	AV%	AV%	AV%
Ingressos						
Transferências Financeiras Recebidas	40.207.118	100,00	14.084.349	100,00	26.122.769	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	36.661.503	91,18	13.036.897	92,56	23.624.605	90,44
Cota Recebida	13.036.897	32,42	13.036.897	92,56	0	0,00
Repasse Recebido	12.599.979	31,34	0	0,00	12.599.979	48,23
Sub-repasse Recebido	10.671.293	26,54	0	0,00	10.671.293	40,85
Repasse Devolvido	353.323	0,88	0	0,00	353.323	1,35
Sub-repasse Devolvido	10	0,00	0	0,00	10	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	3.545.615	8,82	1.047.452	7,44	2.498.163	9,56
Transf. Recebidas para Pagamento de RP	2.900.473	7,21	994.074	7,06	1.906.399	7,30
Demais Transferências Recebidas	156.030	0,39	53.378	0,38	102.652	0,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	489.112	1,22	0	0,00	489.112	1,87

Fonte: Siafi.

Tabela 34 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

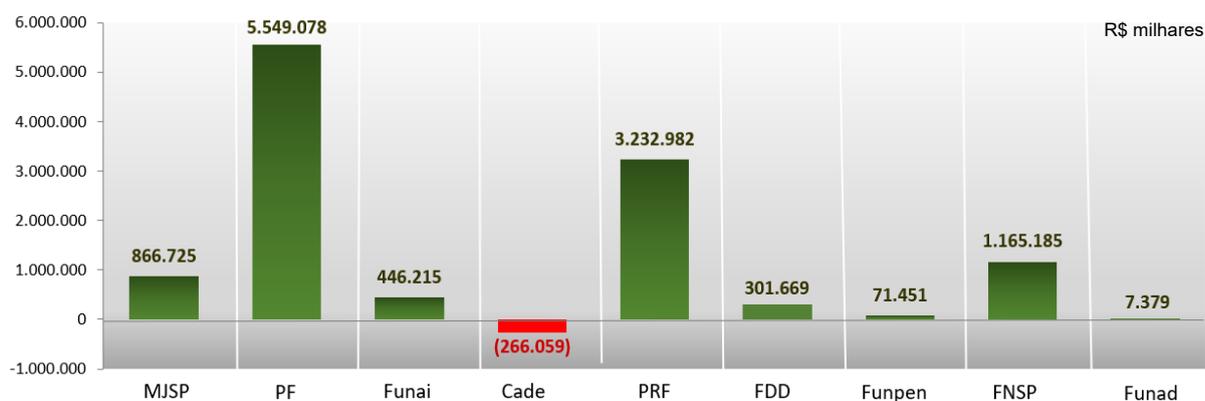
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	30/09/2022 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/09/2022 (B: Com Consolidação)	AV%	30/09/2022 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	28.832.492	100,00	2.709.723	100,00	26.122.769	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	23.972.472	83,14	347.866	12,84	23.624.605	90,44
Repasso Concedido	12.604.665	43,72	4.685	0,17	12.599.979	48,23
Sub-repasso Concedido	10.671.293	37,01	0	0,00	10.671.293	40,85
Cota Devolvida	343.181	1,19	343.181	12,66	0	0,00
Repasso Devolvido	353.323	1,23	0	0,00	353.323	1,35
Sub-repasso Devolvido	10	0,00	0	0,00	10	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	4.860.020	16,86	2.361.857	87,16	2.498.163	9,56
Transf. Concedidas para Pgto. de RP	1.906.399	6,61	0	0,00	1.906.399	7,30
Demais Transferências Concedidas	102.652	0,36	0	0,00	102.652	0,39
Movimento de Saldos Patrimoniais	2.850.969	9,89	2.361.857	87,16	489.112	1,87

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiros deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 18” a seguir.

Figura 18 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



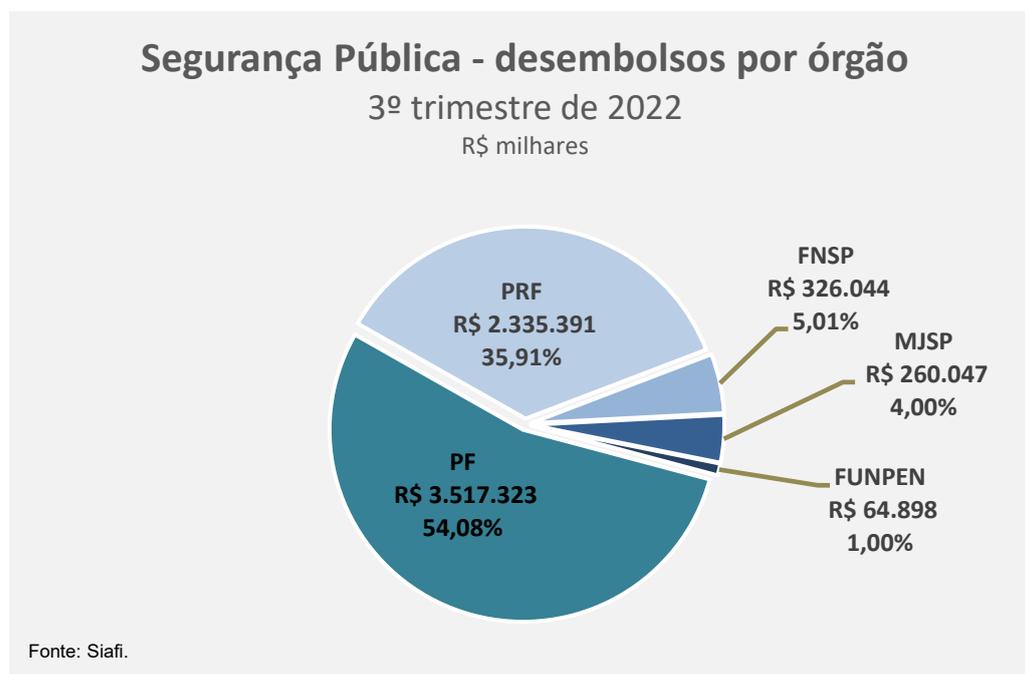
Fonte: Siafi.

Nota 19 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 15,39% (R\$ 6.503.703 mil), no 3º trimestre de 2022, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,08% (R\$ 3.517.323 mil) e 35,91% (R\$ 2.335.391 mil), somando 89,99% (R\$ 5.852.714 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 19”.

Figura 19 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 54,83% (R\$ 3.565.742 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme "Tabela 35".

Tabela 35 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

R\$ milhares

Natureza da Despesa	PF (%)	PRF (%)	FNSP (%)	MJSP (%)	FUNPEN (%)	Total (%)	Total Geral (R\$)
Subsídios	31,85%	22,97%	-	0,00%	-	54,83%	3.565.742
Demais desembolsos	22,23%	12,94%	5,01%	4,00%	1,00%	45,17%	2.937.961
Total	54,08%	35,91%	5,01%	4,00%	1,00%	100,00%	6.503.703

Fonte: Siafi.

Nota 20 – Aquisição de Ativo não Circulante – DFC

As aquisições de Ativo não Circulante integraram 95,07% (R\$ 556.352 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em setembro de 2022.

Na "Figura 20", pode-se observar a composição por item do Ativo Não Circulante, assim registrados:

a) 16,60% (R\$ 92.363 mil) de Aparelhos de Medição e Orientação, sendo 99,32% (R\$ 91.737 mil) do montante do referido item registrados no FNSP;

b) 16,06% (R\$ 89.323 mil) de Veículos de Tração Mecânica, sendo 55,12% (R\$ 49.238 mil) registrados no FNSP e 28,73% (R\$ 25.660 mil) registrados na PF, totalizando 83,85% (R\$ 74.898 mil) de representação do montante do referido item;

c) 13,52% (R\$ 75.205 mil) de Obras em Andamento, sendo 38,69% (29.096 mil) registrados na PRF, 37,98% (R\$ 28.562 mil) registrados na PF e 19,32% (14.532 mil) registrados no Funpen, totalizando 95,99% (R\$ 72.191 mil) do montante do referido item;

d) 13,01% (R\$ 72.396 mil) de Materiais e Equipamentos de TIC, sendo 49,94% (R\$ 36.156 mil) registrados na PF, 25,48% (R\$ 18.455 mil) registrados no FNSP, totalizando 75,42% (R\$ 54.601 mil) de representação do montante do referido item;

e) 7,25% (R\$ 40.346 mil) de Embarcações, sendo 96,43% (R\$ 38.908 mil) do montante do referido item registrados na PF;

f) 5,51% (R\$ 30.672 mil) de Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro, sendo 80,22% (R\$ 24.605 mil) do montante do referido item registrados na PF;

g) 4,03% (R\$ 22.423 mil) de Armamentos, sendo 61,11% (R\$ 13.702 mil) registrados na PF, 32,41% (R\$ 7.267 mil) registrados no FNSP, totalizando 93,51% (R\$ 20.969 mil) de representação do montante do referido item;

h) 3,83% (R\$ 18.780 mil) de Equipamentos de Manobra e Patrulhamento, sendo 82,74% (R\$ 15.539 mil) do montante do referido item registrados na PF; e

i) 15,64% (R\$ 87.011 mil) de Outros Materiais Permanentes, sendo 87,94% (R\$ 76.520 mil) do montante dos demais itens de menor representação, consolidados neste item, registrados na PF.

Figura 20 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi.

Na “Figura 21”, evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante; sendo 46,72% (R\$ 259.931 mil) da PF, 31,01% (R\$ 172.535 mil) do FNSP, 12,52% (R\$ 69.673 mil) da PRF e 9,57% (R\$ 53.269 mil) dos demais órgãos.

Destaca-se que a PF, FNSP e PRF totalizaram 90,26% (R\$ 502.139 mil) da representação no referido grupo de contas.

Figura 21 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o "Resultado do Exercício", de R\$ 3.201.298 mil, no terceiro trimestre de 2022, representou 1,15% do saldo patrimonial líquido de 2022, sendo impactado principalmente por:

a) "Transferências Intragovernamentais Recebidas", correspondente a 89,79% (R\$ 40.662.793mil) das variações patrimoniais aumentativas; e

b) "Transferências Intragovernamentais Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a 70,56% (R\$ 29.694.287 mil) e 14,41% (R\$ 6.064.644 mil), somando 84,97% (R\$ 35.758.931 mil) das variações patrimoniais diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº [18](#) - "Transferências Intragovernamentais" e nº [10](#) - "Pessoal e Encargos".

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ - 2.981 mil da DMPL, foram constituídas em 81,03% (R\$ -2.416 mil) pelo Fundo Nacional Antidrogas e 76,98% (R\$ -2.295 mil) pela Polícia Rodoviária Federal, somando 158,01% (R\$ -4.711 mil) da referida reserva.

Com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", de R\$ 15.729 mil apresentado na DMPL, 100,69% (R\$ 15.838 mil) foram assim registrados:

a) 73,57% (R\$ 11.573 mil) na Polícia Rodoviária Federal;

b) 27,12% (R\$ 4.265 mil) na Polícia Federal.

O saldo restante de R\$ 274.306.201 mil, do início do exercício de 2022, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.